



TEMÁTICAS EDUCACIONAIS, CIENTÍFICAS E SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE: ESTUDOS SELECIONADOS

*Ledson Marcos Sousa Da Silva
Marcos Vitor Costa Castelhana
Mateus Da Silva Fernandes
Geilma Hipólito Lúcio
Adriana Freitas Da Silva
(Orgs.)*



**TEMÁTICAS EDUCACIONAIS,
CIENTÍFICAS E SOCIAIS NA
CONTEMPORANEIDADE:
ESTUDOS SELECIONADOS**

Todos os elementos dispostos em tal produção são de total responsabilidade dos autores

Licença Creative Commons Atribuição-Sem Derivações 4.0 Internacional.

Comissão Editorial/Científica:

Dr. Alvaro Carvalho Dias da Silva

Dr. Claudianor Almeida de Figueiredo

Dra. Sônia Azevedo de Medeiros

Dra. Patrícia Ferreira dos Santos

Ms. Geilma Hipólito Lúcio

Me. Adaci Estevam Ramalho Neto

Me. Adriana Freitas da Silva

Esp. Marcos Vitor Costa Castelhana

Me. Ledson Marcos Sousa da Silva

Me. Mateus da Silva Fernandes

Me. Andréa Santos Lúcio

Me. Aldenice Barbosa dos Santos

Me. Mayara Millena Moreira Formiga

Dr. Gustavo Henrique Queiroz dos Santos

Nosso principal propósito é desenvolver maneiras impactantes para a divulgação e circulação de pesquisas acadêmicas que possam fortalecer as abordagens científicas atuais.

Equipe da Editora Acadêmica Universa - Sucesso EAD

Ledson Marcos Sousa Da Silva

Marcos Vitor Costa Castelhana

Mateus Da Silva Fernandes

Geilma Hipólito Lúcio

Adriana Freitas Da Silva

(Orgs.)

**TEMÁTICAS EDUCACIONAIS,
CIENTÍFICAS E SOCIAIS NA
CONTEMPORANEIDADE: ESTUDOS
SELECIONADOS**

1ª Edição

São Bento-PB

Editora Acadêmica Universa -

Sucesso EAD

2024

2024 - Edição Brasileira by Editora
Acadêmica Universa - Sucesso EAD by Autores
Todos os direitos reservados

Editora Acadêmica Universa - Sucesso EAD
CNPJ: 34.514.971/0001-71
Site: <https://facsu.edu.br/site/>
E-mail: facsu.editorial@hotmail.com
Número para contato: 83998400598
São Bento-PB – Brasil

Editor-Chefe: Marcos Vitor Costa Castelhana
Diagramação: Marcos Vitor Costa Castelhana
Revisão de texto: Autores
Capa: Gabriela Gomes Maranhão
Produtora Editorial: Zélia Kamylla Evangelista Dias

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

T278 Temáticas educacionais, científicas e sociais na contemporaneidade
[livro eletrônico] : estudos selecionados / Ledson Marcos Sousa
da Silva... [et al.]. – São Bento, PB: Editora Acadêmica Universa
– Sucesso EAD, 2024.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-65-983597-3-7

1. Educação. 2. Sociedade. 3. Ciência – Brasil. I. Silva, Ledson
Marcos Sousa Da. II. Castelhana, Marcos Vitor Costa. III. Fernandes,
Mateus Da Silva. IV. Lúcio, Geilma Hipólito. V. Silva, Adriana Freitas
Da.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI: 10.36599/eau-978-65-983597-3-7

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1- AUTISMO SOB UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR.....	9
CAPÍTULO 2- CIGANOS NO BRASIL: UMA HISTÓRIA DE ESTIGMAS E PRE- CONCEITO, MAS TAMBÉM DE LUTAS E RESISTÊNCIA.....	19
CAPÍTULO 3- OS SABERES E FAZERES DOS PESCADORES ARTESANAIS QUE VIVEM DA PESCA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO.....	29
CAPÍTULO 4- CHATGPT: REFLEXÕES SOBRE SEU USO NO CONTEXTO ESCOLAR.....	45
CAPÍTULO 5- EDUCAÇÃO FORMAL, NÃO FORMAL E INFORMAL: A SINGULARIDADE DE CADA FORMA DE EDUCAÇÃO QUE JUNTAS CONSTROEM O CONHECIMENTO DE CADA INDIVÍDUO.....	55
CAPÍTULO 6- A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NA PRÁTICA DOCENTE E A SUA RELAÇÃO COM O ENSINO E APRENDIZAGEM.....	65
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	73

APRESENTAÇÃO

A presente obra reúne um conjunto de seis artigos em formato de capítulo de livro, visando, antes de tudo, discutir sobre algumas das principais temáticas voltadas áreas científicas, educacionais e sociais na contemporaneidade, atravessando variadas acepções teórico-práticas e experienciais, tendo como exemplo: o autismo e as suas potencialidades interdisciplinares, a jornada intersubjetiva dos povos ciganos, as entrelinhas entre os aspectos formais e não formais da educação nos cenários atuais, entre outras. Posto isto, apesar dos diferentes polos conceituais e metodológicos, destaca-se que cada produção acadêmica aborda fatores dialógicos e fomentativos perante das contextualizações da pesquisa científica na atualidade, permitindo o constante desenvolvimento de reflexões, discussões e apontamentos mediante dos temas aqui levantados.

Tenha uma ótima leitura!

Marcos Vitor Costa Castelhana

CAPÍTULO 1- AUTISMO SOB UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Naftali Fidelis de Lima Gomes
Pesquisadora de temáticas educacionais

Maria da Guia da Silva Lima Oliveira
Pesquisadora de temáticas educacionais

RESUMO: O presente artigo aborda o autismo sob uma perspectiva Interdisciplinar, o (TEA) Transtorno do Espectro Autista é uma síndrome comportamental que aparece no desenvolvimento da criança com diversas dificuldades: socioemocionais, comunicação, interação social e no aprendizado. Este artigo foi realizado por meio de pesquisas bibliográficas, onde foram expostos relatos autobiográficos de alguns teóricos: Araújo (2022), Cunha (2012), Gómez (2014), entre outros, que abordam o tema pesquisado com o objetivo de conhecer e compreender melhor o assunto para lidar com os desafios da inclusão. Assim sendo, os dados obtidos mostram a importância do acompanhamento com uma equipe interdisciplinar que desempenha um papel fundamental no processo do desenvolvimento, como também a família, apoiando constantemente, ajudando a lidar com suas emoções, do mesmo jeito que, manejar e superar suas crises.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento. Dificuldades. Interdisciplinar. Inclusão. Família.

INTRODUÇÃO

O artigo traz uma reflexão sobre a perspectiva Interdisciplinar do autismo, com o intuito de ajudar as famílias e os educadores no processo de desenvolvimento global da criança com TEA. Na qual, se justifica pelo desafio da inclusão social da criança com o transtorno. O trabalho está constituído por tema e subtemas divididos da seguinte forma.

A descoberta do autismo, conceito, origem e características. Neste tópico aborda o conceito do autismo, as possíveis causas do transtorno do espectro do autismo, estatísticas de crianças autista segundo as pesquisas da Autismo Developmental Disabilities Monitoring (ADDM), a classificação do autismo conforme a DSM ao longo do tempo e os sinais do autismo.

No segundo tópico fala sobre a importância do diagnóstico precoce, acompanhamento continuado com a equipe interdisciplinar, e educação inclusiva.

Seguindo para o terceiro subtema, os desafios da inclusão do aluno com autismo na escola. Nesta seção, exploraremos minuciosamente os desafios que permeiam a inclusão do aluno com autismo na escola, examinando três elementos-chave que moldam essa jornada desafiadora.

E por último, o papel da família na vida da criança autista, onde destaca a jornada das famílias que tem criança com TEA, na qual, é única e desafiadora, exige compreensão, paciência e amor incondicional.

Finalmente a pesquisa encerra-se nas considerações finais. Nesta parte, são retomados alguns pontos discutidos nos tópicos antecedentes, a fim de compreender melhor a proposta do trabalho.

2 AUTISMO SOB UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

2.1 CONCEITO, ORIGEM E CARACTERÍSTICAS DO AUTISMO

Autismo vem da palavra “autós” que significa, literalmente, viver em função de si mesmo, conforme afirma o psiquiatra Eugene Bleuler em 1911. “fuga da realidade e o retraimento interior dos pacientes acometidos de esquizofrenia” (Cunha, 2012, P.20).

O autismo, conhecido como Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno heterogêneo do neurodesenvolvimento, identificado por comprometimento na comunicação e interação social, agregados a padrões de comportamentos restritivos e repetitivos, costuma ser reconhecido na infância, mas pode ser diagnosticado em qualquer idade.

O TEA está inserido na classificação internacional de Doenças (CID-10), como uma síndrome comportamental com diferentes etiologias, na qual, o processo de desenvolvimento infantil encontra-se comprometido. (Araújo et al 2022, p.12).

O autismo é concebido como uma síndrome de múltiplas causas, onde estariam inter-relacionados o biológico e o anímico, a genética orgânica e a genética vincular durante todo o processo de constituição do ser (Mora, 200, apud Gómez).

A causa genuína do autismo é desconhecida, mas acredita-se em possíveis causas associadas a uma interação de fatores genéticos, ambientais, doenças na gravidez, como também agentes na gravidez. Esse conjunto de combinação de fatores podem estar associada ao autismo.

O TEA evidencia influência de alterações genéticas com forte herdabilidade, a origem genética são incidência de autismo em parentes da criança, logo associada como doenças genéticas, devido aos genes, responsáveis por aquilo que os pais transmitem para os seus filhos.

Outras hipóteses, de acordo com Gómez, (2014) sobre as causas do autismo é intolerâncias a algumas substâncias na alimentação, intolerância ao glúten, proteína do leite, infecções, convulsões, ou seja, um conjunto de fatores que contribuem para a inflamação cerebral focal, na qual, está correlacionada à fisiopatologia do autismo.

Estatística de acordo com os estudos Autism and Developmental Disabilities Monitoring (ADDM), a estimativa de crianças com base nos anos: 2000 1/150, 2008 1/88, 2012 1/68 e 2015 1/25.

O autismo pode ser diagnosticado em todas as idades, grupos sociais, raciais, étnicos e socioeconômico. A chance de o irmão de uma criança ser autista é 20 vezes maior, existe também uma proporção maior nos meninos, porém, as meninas com (TEA) tem um grau mais elevado, devido ao seu cromossomo.

Em 1908 foi utilizado pela primeira vez o termo “autismo” pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler. No decorrer dos anos, em 1943 o psiquiatra alemão Leo Kanner, descreve o autismo “como transtorno emocional, onde os pais seriam os responsáveis pela criança apresentar os ditos sintomas, devido a estilos de criação inadequados” (Gómez; Terán, 2014 p. 464).

Em consonância com Liberalesso (2021) a classificação do autismo com base no DSM (Manual de diagnósticos em saúde mental). DSM-I (1952) O autismo era classificado como um subgrupo da esquizofrenia infantil. DSM-II (1968) Parte integrante das doenças psiquiátricas. DSM-III (1980) Transtornos invasivos do desenvolvimento. DSM-IV (2002) Transtorno autista, implicando um desenvolvimento comprometido ou acentuadamente anormal da interação social e da comunicação, padrões de comportamento, interesses e atividades repetitivos, restritos e estereotípias motoras.

Atualmente o DSM-V traz modificações no termo “transtorno Global do Desenvolvimento”, e tem como critérios para o diagnóstico do autismo dois grupos são: primeiro, déficit persistentes na comunicação e na interação social em múltiplos contextos e o segundo, padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.

O autismo é uma condição identificada por perda nos domínios da comunicação e do comportamento, na qual, não expressam interesse por aproximação social com os seus pares, além dessas condições existe também uma divisão em níveis do TEA: nível I onde necessita de apoio (leve), o nível II precisa de apoio substancial (moderado) e o nível III aquela que demanda de apoio muito substancial (severo).

É importante a família ficar sempre atento aos sinais de desenvolvimento da criança, estar sempre atento ao cartão de vacina, nele contém, informações importantes sobre o seu desenvolvimento de acordo com cada fase do desenvolvimento, o acompanhamento com a equipe médica é muito importante, geralmente as crianças diagnosticadas com TEA é sempre um profissional da saúde ou educacional que orienta a família a investigar os sinais presentes na criança.

Ausência de vocalização, comunicação, regressão do desenvolvimento como perda de habilidades da comunicação e não verbal, reciprocidade, contato visual fraco aversão a outras crianças, ausência de atenção compartilhada, dificuldades de brincar em grupos, estereotípias motoras, ecolalia, repetições de sons, comportamento metódico, seletividade alimentar, noção de perigo, distúrbios do sono, apego intenso a objetos, hipersensibilidade a estímulos sensoriais. Estes são sinais de alerta que os pais devem ficar atentos.

2.2 A IMPORTÂNCIA DO DIAGNOSTICO PRECOCE

Constatando um ou mais sinais na criança, é importante fazer uma avaliação com profissionais especializados, quanto antes, para melhor desenvolvimento da criança.

Sabemos que, o autismo não tem cura e o tratamento é de grande importância para melhorar sua qualidade de vida, o mesmo é com base em diversas seções, com uma equipe interdisciplinar.

O primeiro atendimento é feito com os responsáveis, onde é realizado uma anamnese, onde é solicitado um relatório escolar, caso a criança ainda não frequente um ambiente educacional é indicado a família realizar a matrícula da criança o mais rápido possível, assim, terá contato com outras crianças e a partir deste contexto observar os avanços e suas limitações.

As intervenções são iniciadas por especialistas que aplicarão, instrumentos conforme a faixa etária da criança, os testes indicam um possível transtorno do desenvolvimento, na qual, ajuda as famílias que necessitam de apoio precoce para melhor desenvolvimento global da criança.

O diagnóstico do autismo é clínico, não existem exames que detectará o autismo, no entanto, é necessário realizar uma série de exames para poder descartar outros problemas. O diagnóstico é realizado com base nos sinais de comportamento, que se manifesta enquanto a criança vai desenvolvendo. Para o diagnóstico do autismo segundo o DSM-IV deve ter:

Um total de seis (ou mais) itens de uma lista de alterações qualitativas nas seguintes categorias: 1) interações sociais (pelo menos duas deste grupo); 2) comunicação (pelo menos uma deste grupo), e 3) padrões de comportamento, interesses e atividades limitadas, repetitivas e estereotipadas (pelo menos uma deste grupo) (Gómez; Terán, 2014, p. 507).

A partir do diagnóstico do TEA os acompanhamentos devem ser continuados, pois, visa melhorar a qualidade de vida através do controle dos sintomas comportamental e condicionamento a vida social, respeitado as suas limitações. Geralmente, essa equipe especializada são: psicoterapia, psicopedagógico, fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional, ABA (Análise de Comportamento Aplicado). É uma ciência que estuda os comportamentos humanos, seu principal objetivo é entender, analisar e explicar as relações com o ambiente e aprendizagem.

Essas intervenções, trabalham com técnicas para ajudar no desenvolvimento da criança, como também orientar a família da melhor forma em conduzir situações que poderá surgir. A partir do momento em que é diagnosticado com o transtorno, a escola precisa ser informada, para criar estratégias pedagógicas diferenciadas com foco em suas potencialidades, como também a inserção do atendimento educacional especializado (AEE).

Em relação aos sistemas de ensino, recomenda-se que se apresentem de maneira estruturada e sistematizada e, como cada pessoa com autismo é diferente, os programas devem ser individualizados e dirigir-se às necessidades específicas de cada um. Como qualquer pessoa, as crianças com autismo têm pontos fortes e fracos que lhe são exclusivos (Gómez; Terán, 2014 p. 537).

Os programas de ensino, deve atender a capacidade intelectual de cada indivíduo, em que, precisa ser baseado nas necessidades únicas de cada um. É essencial a criança se sentir bem, já que, as atitudes afetam todo o ambiente de aprendizagem.

Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, usam de recursos e parcerias com as comunidades (Declaração de Salamanca, 1994).

Consoante a declaração da Salamanca, a rede educacional tem o dever de assegurar uma educação inclusiva de qualidade, na qual a sua aprendizagem não pode ser submissa e que suas limitações não seja uma barreira para seu atendimento na rede educacional de ensino.

2.3 OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DO ALUNO COM AUTISMO NA ESCOLA

A inclusão de alunos com autismo nas escolas é uma importante questão educacional. No entanto, essa inclusão não é isenta de desafios significativos, que podem impactar o processo de aprendizagem e o bem-estar desses alunos. Nesta seção, examinaremos três desafios fundamentais:

O primeiro é capacitação do Professor, ela é fundamental na inclusão de alunos com autismo. Os professores precisam adquirir habilidades específicas para atender às necessidades dos alunos, como também, os acompanhamentos com os profissionais da saúde, que atuam na identificação das necessidades individuais das crianças autistas e no desenvolvimento de planos de ensino personalizados.

Educar uma criança autista é uma experiência que leva o professor a rever e questionar suas ideias sobre desenvolvimento, educação, normalidade e competência profissional. Torna-se um desafio descrever um impacto dos primeiros contatos entre este professor e estas crianças tão desconhecidas e na maioria das vezes imprevisíveis (Bereohff, 1991, s/p.).

Conforme os professores adquirem mais conhecimento e habilidades na compreensão e no atendimento das necessidades das crianças autistas, o ambiente escolar se torna mais inclusivo e acolhedor. Isso, por sua vez, leva a melhorias significativas no desempenho acadêmico, na comunicação e no bem-estar geral das crianças autistas. Além disso, as famílias das crianças autistas se sentem mais apoiadas e envolvidas na jornada educacional dos seus filhos.

O segundo, é sobre o comportamento da criança e dificuldades de aprendizagens, crianças com autismo frequentemente apresentam comportamentos desafiadores que podem dificultar o processo de aprendizagem. Isso inclui dificuldades de comunicação, sensibilidades

sensoriais, padrões repetitivos de comportamento e interações sociais atípicas. Esses comportamentos podem distrair não apenas o aluno com autismo, mas também seus colegas de sala.

E o último é a interação e socialização, componente fundamental da experiência escolar, onde, muitas crianças com autismo têm dificuldades em fazer amigos, interpretar pistas sociais e compreender as nuances das interações humanas. A falta de habilidades sociais pode levar ao isolamento e à exclusão. Portanto, é essencial criar oportunidades para a prática de habilidades sociais e promover um ambiente inclusivo que incentive a interação entre todos os alunos.

A escola recebe uma criança com dificuldades em se relacionar, seguir regras sociais e se adaptar ao novo ambiente. Esse comportamento é logo confundido com falta de educação e limite. E por falta de conhecimento, alguns profissionais da educação não sabem reconhecer e identificar as características de um autista, principalmente os de alto funcionamento, com grau baixo de comprometimento. Os profissionais da educação não são preparados para lidar com crianças autistas e a escassez de bibliografias apropriadas dificulta o acesso à informação na área (Santos, 2008, p. 9).

Segundo o autor, a escola é o primeiro ambiente de interação social fora da família, onde as crianças autistas podem encontrar dificuldades para se adaptar às regras sociais. Ele ainda, destaca que o aprendizado é uma característica inerente ao ser humano, incluindo aqueles com TEA.

O ensino e a aprendizagem são processos interligados na construção do conhecimento. Portanto, é necessária adaptação curricular para atender as necessidades dos alunos. As adaptações curriculares não buscam criar um currículo, mas sim flexibilizar o acesso ao currículo regular, tornando-o dinâmico e explanável. Profissionais de educação especial desempenham um papel fundamental na planificação de ações pedagógicas e conteúdos para alunos com TEA.

A flexibilização do currículo requer uma colaboração estreita entre pais e educadores, a fim de alcançar um consenso sobre as competências educacionais necessárias para os alunos com autismo.

2.4 O PAPEL DA FAMÍLIA NA VIDA DA CRIANÇA AUTISTA.

O papel da família na vida de uma criança autista desempenha um papel fundamental na promoção do seu bem-estar e desenvolvimento. Neste contexto, a família torna-se não apenas o alicerce, mas também o guia e o maior apoio para a criança, a seguir alguns aspectos fundamentais.

A Empatia e aceitação: A família deve demonstrar empatia, entendendo e aceitando as necessidades e desafios específicos da criança autista. Isso inclui ser sensível às dificuldades de comunicação e interação social da criança. É fundamental que a família aceite a criança pelo que ela é, sem tentar forçar a conformidade com padrões típicos de desenvolvimento. Isso ajuda a construir a autoestima da criança.

As Fases do Luto: Quando os pais recebem um diagnóstico de autismo do seu filho, é comum passarem por fases de luto, incluindo negação, raiva, barganha, depressão e aceitação. É importante buscar apoio emocional durante esse processo, seja por meio de grupos de apoio ou de profissionais de saúde mental. Então, é fundamental entender cada uma dessas fases com mais profundidade, bem como destacar a importância do apoio emocional:

Negação	No início, muitos pais podem negar ou minimizar o diagnóstico de autismo. Eles podem acreditar que o profissional de saúde cometeu um erro ou que seu filho apenas está passando por uma fase temporária. Nesse estágio, é essencial para os pais e familiares entender que o diagnóstico é baseado em avaliações cuidadosas e que a negação é uma resposta emocional normal.
Raiva	À medida que a realidade do diagnóstico começa a se estabelecer, é comum que os pais experimentem sentimentos de raiva. Eles podem se sentir frustrados, culpando a si, a outros ou até mesmo o próprio filho. É fundamental compreender que a raiva é uma reação emocional à situação e não deve ser reprimida, mas sim expressa e trabalhada de forma saudável.
Barganha	Nesta fase, os pais podem procurar soluções milagrosas ou alternativas para "reverter" o autismo de seus filhos. Eles podem se envolver em pesquisas intensas, terapias não comprovadas ou recorrer a várias intervenções. Embora seja natural buscar o melhor para seu filho, é importante manter o equilíbrio e basear as decisões em informações sólidas e em consulta com profissionais de saúde.
Depressão	A aceitação do diagnóstico muitas vezes traz sentimentos de tristeza e depressão. Os

	pais podem se sentir sobrecarregados com as responsabilidades futuras e preocupados com o bem-estar de seus filhos. Neste estágio, o apoio emocional e psicológico é especialmente necessário para ajudar os pais a lidar com suas emoções e a desenvolver estratégias de enfrentamento saudáveis.
Aceitação	Finalmente, muitos pais chegam à fase de aceitação, onde começam a entender melhor o autismo de seu filho e a aceitar a realidade. Isso não significa que os desafios desapareçam, mas que os pais aprendem a lidar com eles de maneira mais eficaz e a amar e apoiar seu filho incondicionalmente.

A busca por apoio emocional é crucial em todas as fases. Os pais podem procurar grupos de apoio de pais, onde podem compartilhar experiências e estratégias com outros que passaram pelo mesmo processo. Além disso, é altamente recomendável que eles se conectem com profissionais de saúde mental que possam oferecer orientação, apoio emocional e ajudá-los a desenvolver estratégias de enfrentamento.

Rede de Apoio: Uma rede de apoio é um pilar fundamental na jornada de uma família, com uma criança com autismo. Através da troca de informações, os pais podem aprender mais sobre o autismo, estratégias de intervenção e recursos disponíveis em sua comunidade. Isso capacita os pais a tomar decisões informadas para o bem-estar de seus filhos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo decorre acerca do tema autismo sob uma perspectiva Interdisciplinar, a partir deste trabalho, pode-se afirmar que a inclusão de crianças com autismo na escola é uma meta importante na busca por uma sociedade mais inclusiva e diversificada. Os desafios que os educadores enfrentam são reais, mas podem ser superados com o devido treinamento e apoio.

Além disso, o papel da família é crucial, pois, seu apoio e compreensão são essenciais para o bem-estar da criança autista. Ao enfrentar esses desafios com empatia e cooperação, podemos criar um ambiente inclusivo que permite a todas as crianças atingir seu potencial máximo, independentemente de suas diferenças.

Diante de tudo que foi exibido, pode-se entender que esta pesquisa foi satisfatória, pois, aponta a necessidade dos educadores e familiares a buscarem pelo atendimento integral do ser. Recomendamos, a leitura deste artigo a todos os educadores e familiares que se interessam pelo tema “autismo” e buscam sapiência que atenda as exigências da contemporaneidade.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA. et al. **Transtorno do espectro autista**. Sociedade brasileira de pediatria. 2018.

ARAÚJO. Et al. **Perpectiva interdisciplinar no contexto do transtorno do espectro autista (TEA)**. Vol 1. Fortaleza-CE, 2022.

BEREOHFF, A. M. P. **Autismo, uma visão multidisciplinar**. São Paulo:GEPAPI,1991.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de janeiro: Wak, 2012.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre os princípios, políticas na Área das necessidades Educativas Especiais**. Espanha, 10 junho, 1994. disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em 21/10/2023.

KERCHES, Deborah. **Psiquiatria e saúde Mental da Infância e adolescência: Desenvolvimento neuropsicomotor (DNPM) e sinais de alerta nos primeiros 5 anos de vida**, 2021.

LIBERALESSO, Paulo. **Fundamentos para o Diagnóstico Clínico do Transtorno do Espectro Autista- critérios principais**. CBI of Miami, 2021.

GÓMEZ, A. M. S., TERÁN, N.E. **Transtornos de aprendizagem e autismo**. Cultura, S.A, 2014.

ONZI, Franciele Zanella; DE FIGUEIREDO GOMES, Roberta. **Transtorno do Espectro Autista: a importância do diagnóstico e reabilitação**. Revista Caderno Pedagógico, v. 12, n. 3, 2015.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano. **Autismo: Um desafio na alfabetização e no convívio escolar**. São Paulo: CRDA,2008.

CAPÍTULO 2- CIGANOS NO BRASIL: UMA HISTÓRIA DE ESTIGMAS E PRE- CONCEITO, MAS TAMBÉM DE LUTAS E RESISTÊNCIA

Carlos Kleber Sobral Corlett

Aluno Especial da Disciplina Inclusão, Exclusão e Diversidade do Programa de Pós Graduação em Educação – Políticas Educacionais da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Especialista em Supervisão, Orientação Educacional e Gestão Escolar.

Inácia Érica de Farias Sobral Corlett

Aluna Especial da Disciplina Gênero, Etnia-Raça, Geração e Diversidade Cultural do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Especialista em Educação Infantil pelas Faculdades Integradas de Patos – FIP.

RESUMO: O presente artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica acerca da origem e como vivem os povos ciganos no Brasil. Escolhemos este tema por ser pouco discutido em nossas instituições da Educação Básica, onde os ciganos são invisibilizados social e culturalmente. Os objetivos que nortearam nosso trabalho foram: saber quem são, como e de onde chegaram os ciganos que vieram ao Brasil; identificar a origem dos estigmas/preconceitos que os ciganos da Etnia Calon enfrentam; conhecer como e de que vive este grupo social. É importante prezarmos pela memória a fim de evitarmos mais barbáries contra este grupo social no decorrer da história da humanidade. Fizemos uma pesquisa que se fundamentou teoricamente o tema, com destaque para os teóricos: Moonem, Rodrigues, Simões, Teixeira, dentre outros e algumas legislações.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Básica. Ciganos. Estigmas. Memória.

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi despertado em nós, após participarmos de uma palestra ministrada pelos pesquisadores Professor Phillippe Cupertino e Aluísio Azevedo e pela liderança cigana da Etnia Calon - Maria Jane Soares - acerca do povo cigano, enquanto alunos especiais do Componente Curricular “Culturas, Diversidade e Educação”, ministrado pela Professora Dra. Patrícia Cristina de Aragão, do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores – PPGFP da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Além de nosso constante interesse pela temática em questão, enquanto educadores da Educação Básica – Anos iniciais do Ensino Fundamental - que sentimos a necessidade de conhecer e nos aprofundar acerca dos povos ciganos a fim de desconstruirmos estigmas e minimizarmos tanto preconceito contra este grupo social. Os objetivos que nortearam nosso trabalho foram: 1º saber quem são, como e de onde chegaram os

ciganos que vieram ao Brasil; 2º identificar a origem dos estigmas/preconceitos que os ciganos da Etnia Calon enfrentam; 3º conhecer como e de que vive este grupo social.

Nossa proposta inicialmente implicou em um levantamento prévio de fontes e autores que tratam da temática em questão com vistas a realizarmos um estudo e leituras para uma reflexão teórico-metodológica acerca da chegada dos ciganos ao Brasil, sua história de estigmas e preconceito enfrentado, luta e resistência.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: QUEM SÃO, COMO E DE ONDE CHEGARAM OS CIGANOS AO BRASIL

Sempre que nos perguntam “quem são os ciganos?”, nossa resposta vem repleta de estigmas e preconceitos. Pois, nossa compreensão acerca desses povos/grupo social é alicerçada pelas narrativas orais aprendidas e repassadas como verdades absolutas por nossos pais, avós e demais antepassados.

Entretanto, quando procuramos literaturas que tratam acerca de quem são os povos ciganos, encontramos, por exemplo, no documento “Povo Cigano – o direito em suas mãos” (2007, p. 7-8) respostas que nos dizem:

Os ciganos são parte integrante do nosso povo. Eles contribuíram para a constituição das riquezas materiais e culturais do Brasil. E, certamente, quando pudermos romper com as barreiras dos preconceitos, poderemos aprender e receber mais desse admirável povo. Devemos nos empenhar para abolir todos os preconceitos que existem na população, que ainda estão nos livros ou nas escolas e também nas igrejas. Os ciganos são cidadãos de plenos direitos que precisam ser respeitados nas suas maneiras de ser. O Poder Público da União, Estado e Município tem uma dívida secular para com o povo cigano e certamente, é tempo de resgatar essa dívida.

Acerca do termo cigano, Rodrigues (2014, p. 112) nos diz, ainda, que:

O termo cigano é usado pejorativamente inclusive em ditos populares como “mais enfeitado que burra de cigano”, com aspectos sempre negativos e preconceituosos. No Brasil, para criar um exemplo, em fevereiro de 2010, foi implementada uma ação civil pública, cujo teor representava uma solicitação para a imediata retirada de circulação do *Dicionário Houaiss*, sob a alegação de que a publicação é discriminatória e preconceituosa em relação a etnia cigana. Naquele dicionário, a palavra “cigano” tem como um de seus significados *aquele que trapaceia; velhaco, burlador e aquele que faz barganha, que é apegado ao dinheiro; agiota, sovina* (grifo do autor).

A citação acima acerca do termo cigano trazida pelo respectivo dicionário nos causa repulsa e indignação, pois aumenta ainda mais o preconceito contra o grupo social em questão,

não estando em consonância com a citação trazida pelo documento *Povo cigano: O direito em suas mãos*.

Quando pesquisamos acerca da origem dos povos ciganos no Brasil, o que lemos e aprendemos é que eles são oriundos da Índia e se espalharam pelo mundo e, antes de virem para o Brasil, vieram da Europa como degredados, chegando à América com os navegantes portugueses, tendo em vista que as autoridades portuguesas viam em suas navegações um meio de se livrar desses indivíduos que eram indesejados.

A origem dos ciganos ainda causa dissensos entre pesquisadores de diferentes áreas. Embora parte dos ciganólogos avalie a possibilidade de que a dispersão inicial dessas populações vincule-se às incursões muçulmanas em território indiano desde o Século VI, a Índia aparecendo como espaço central dos processos diaspóricos subsequentes, outras narrativas relacionam sua origem ao território egípcio, caso de percepções que se demonstram recorrentes na perspectiva êmica de diferentes coletivos ciganos (Pereira, 2009). De qualquer modo, tratando-se de populações cujos traços culturais marcantes correspondem à oralidade e ao nomadismo, as complexidades historiográficas dizem respeito não apenas a caracterizações linguísticas, políticas e territoriais envolvidas, mas ainda aos tensionamentos sociais que acompanham a historicidade desses povos. (Pereira, 2009 apud Leistner & Fanti, 2021, p. 2043-2044).

O documento *Ciganos - Documento Orientador para os Sistemas de Ensino* (2014, p. 5) afirma que:

Entre as populações consideradas em situação de itinerância estão os ciganos, [...] Participantes do processo civilizatório nacional desde o século XVI, vários foram os estudos que procuraram definir a origem dos povos ciganos. A teoria mais aceita na atualidade afirma que os ciganos são originários da Índia e há cerca de mil anos começaram a se dispersar pelo mundo, espalhando-se pela Europa, África do Norte, América e Austrália, e se constituem como nômades, seminômades e sedentários, conservando seus hábitos e costumes.

Ao serem degredados para o Brasil, os ciganos, principalmente da Etnia Calon, foram mandados aos diversos estados brasileiros, principalmente à região Nordeste para povoarem as terras desabitadas. O cigano Figueiredo *apud* Rodrigues (2012, p. 13) relata que:

[...] Por volta do ano de 1910, vivia uma turma de ciganos aproximadamente quinhentas pessoas: esse povo viajava do estado do Ceará ao estado da Paraíba por ser um povo muito católico viviam mais no vale do Cariri, terra do Padre Cícero. Na Paraíba viviam na região do Vale do Rio do Peixe aonde permanecem até hoje.

Na Paraíba, segundo os dados de Rodrigues (2014), em “Diversidade Paraíba”, os Calon estão distribuídos em trinta e sete municípios do Estado da Paraíba. Dados já ampliados, já que, segundo a cigana da etnia Calon, Maria Jane Soares, no ano de 2023 os ciganos estão espalhados por todo território paraibano, do litoral ao sertão, de João Pessoa a Cajazeiras, mais precisamente em quarenta e sete municípios da Paraíba.

Acerca da presença de ciganos no Brasil (Simões, 2007; Texeira, 2008; Moonen, 2013), também afirmam que há um registro oficial da primeira deportação de Portugal ocorrida em 1.574 do cigano João Torres, sua esposa Angelina e filhos para terras brasileiras, porém não há referências aos ciganos nos livros de História e Geografia, como integrantes das naus portuguesas que iniciaram sua colonização no século XVI.

Mangueira e Barbosa (2019), também atribuem ao ano de 1.574 a chegada, supostamente, do primeiro grupo de ciganos às terras brasileiras, oriundo de países da Europa. Os primeiros locais de povoamento destes grupos foram nos atuais Estados de Pernambuco, Bahia, Ceará e Maranhão, cujos principais motivos eram a defesa das fronteiras litorâneas e o povoamento dos sertões nordestinos.

A ORIGEM DOS ESTIGMAS/PRECONCEITO QUE OS CIGANOS DA ETNIA CALON ENFRENTAM

Os ciganos sempre foram alvo de preconceito na Europa e isto continuou nas Américas. Especialmente aqui, no Brasil, onde até hoje esse grupo social sofre estigmas e discriminação, que dificultam a implantação de políticas públicas e a garantia da efetivação de direitos para os mesmos. Eles nunca foram bem vistos e um dos motivos, segundo Bezerra (2023)

[...] era o seu estilo de vida. Eram nômades, numa sociedade sedentária; não possuíam leis escritas, numa época em que todos as tinham. Igualmente pela Igreja como a adivinhação do futuro. Assim surgiram todo o tipo de histórias sobre este povo classificando-os de trapaceiros e ladrões, como se estas atitudes fossem exclusivas dos ciganos, apesar de aceitarem o cristianismo, praticavam certas práticas condenadas.

A ausência de legislações e políticas públicas que beneficiem os ciganos os tornam singulares e praticamente invisíveis na história do Brasil. Quase sempre incidem sobre “o cigano”, como sendo entidade coletiva e abstrata à qual se atribuem características estereotipadas e pejorativas.

É possível avaliar que este conjunto de representações sociais pejorativas foi gestado por séculos, especialmente a partir do continente europeu, cujas ações concretas redundaram inclusive em processos de escravização de ciganos, [...] perseguições e preconceitos foram normatizados em construções jurídicas que legitimaram não apenas as ações persecutórias, mas as próprias categorias constitutivas do estigma, ora associadas a questões religiosas (suas crenças associadas à feitiçaria por parte do catolicismo hegemônico), linguísticas (sua língua tida como propícia à burla em negociações comerciais), ao nomadismo (sua circulação vinculada à mendicância e bandidagem) ou à própria pele escura, nesse caso criando representações de cunho

racista. (Leistner; Fanti, 2021, p. 2044).

Segundo o documento: “Povo Cigano: O direito em suas mãos” (2007, p.4): Provavelmente, nenhum povo sofreu tantas perseguições e discriminações quanto o povo cigano pelo mundo a fora. Apesar de tudo, os ciganos mantiveram suas tradições e cultura, e deixaram para os outros povos, legados de riquezas materiais, culturais e ensinamentos. Pena não serem levados, ainda, em consideração no currículo escolar da Educação Básica.

Com uma cultura peculiar transmitida oralmente de geração em geração há mais de mil anos, os ciganos configuram sujeitos invisíveis em vários extratos sociais e na escola essa invisibilidade não é diferente.

Moonen (2011) associa a disputa por recursos como uma das principais causas da origem do preconceito em relação aos ciganos no contexto europeu. Como destaca o autor, desde sua chegada na Europa Ocidental no início do século XV os ciganos desempenharam importantes atividades urbanas, como ferreiros, caldeireiros e artesãos, além de demonstrarem-se exímios comerciantes de cavalos e objetos diversos, o que despertou lógicas de concurso econômico.

Com base nesses contextos, a origem desconhecida e o misticismo associavam-se a questões ligadas ao bem-estar material de populações dispostas em fronteiras territoriais, engendrando as concepções xenófobas que deram origem ao anticiganismo.

Para Filho (2022), a invisibilidade social dos povos ciganos no Brasil é marcada pelo desaparecimento intersubjetivo de um ator social diante de outros atores. Nesse caso, trata-se de um cenário onde se encontram cidadãos ignorados e despercebidos pela sociedade. Esses cidadãos são cotidianamente rotulados como subalternos e inferiores e sofrem estereótipos gerando uma desigualdade que implica diretamente uma posição marginalizada na sociedade. É projetar sobre o outro, um estigma social gerando indiferença, medo, preconceito e consequentemente discriminação.

Partindo desse pensamento, nossa percepção acerca dos ciganos é marcada pelas narrativas de nossa ancestralidade e por uma construção negativa acerca desses povos, algo que contribui significativamente para sua invisibilidade social e cultural.

Acreditamos, que os povos ciganos verdadeiramente só se sentirão parte integrante dessa sociedade da qual nós e eles fazemos parte, quando forem reconhecidos como cidadãos, de fato, tendo seus direitos garantidos e suas manifestações culturais respeitadas e valorizadas.

CONHECENDO COMO E DE QUE VIVEM OS CIGANOS

Em nosso país, com base em alguns artigos lidos, identificamos que os povos ciganos continuam a viver à margem da sociedade. Entretanto, alguns desses indivíduos já têm os seus acampamentos/ranchos fixados. Mas, sofrem grande preconceito por serem sempre associados a roubos e ao que não presta. Na verdade, os ciganos trabalham muito e merecem oportunidades como os outros povos. Entretanto, o mercado de trabalho é muito cruel com estes povos.

Um aspecto da discriminação sofrida por este grupo social pode ser refletida pelo que acontece no município de Condado- PB, quando na procura por uma oportunidade de emprego, por uma vaga no mercado de trabalho, Maria Jane Soares, presidente da Associação Comunitária dos Povos Ciganos de Condado Paraíba – ASCOCIC relata que já procurou emprego para os jovens ciganos em Condado e em diversos municípios da Paraíba.

Eles me pedem: “tia, arruma um emprego para mim”, [...] “Já pedi tanto aos supermercados para darem emprego aos nossos jovens, uma chance, porque eles são jovens que têm responsabilidade, têm nome limpo, mas a dificuldade é máxima para um cigano arrumar um emprego”. Os próprios jovens também procuram eles mesmos conseguir um emprego, mas não são atendidos. (JORNAL DA PARAÍBA, 2017).

Sempre existiu em nosso país no imaginário popular a ideia de que os ciganos não gostam de trabalhar e que preferem viver da assistência social em vez de procurar um emprego. Não se pode negar que, no Brasil, algumas pessoas ciganas ou não ciganas procuram viver dos apoios sociais. Porém, com base em nossos estudos e pesquisa, percebemos que, muitos ciganos continuam a ser excluídos do mercado de trabalho devido ao baixo nível de escolaridade e de qualificação profissional e também devido à desconfiança e falta de credibilidade na sua capacidade para realizar funções. Algo que se dá, acreditamos, pelo medo de serem quem são, de terem que negar sua identidade por medo do preconceito e falta de oportunidades.

Acerca da inserção dos ciganos no mercado de trabalho, seja no serviço público ou no serviço terceirizado, é quase inexistente. Entretanto, a maioria dos ciganos que conseguem realizar alguma atividade comercial para sua sobrevivência estão “[...] atuando em várias áreas profissionais, principalmente no comércio, na música e na dança, como também na *buena ditcha*, ou seja, a leitura das linhas das mãos.” (Ciganos - Documento Orientador para os Sistemas de Ensino (2014, p. 5). Acreditamos, que muitos não conseguem avançar em outras profissões pela ausência de melhores oportunidades educacionais e devido aos estigmas

negativos que carregam. Poucos quando as tem, com medo da rejeição ou violência sofrida negam que são ciganos, tamanha é a aversão a este grupo social. Para Rodrigues (2023, p. 4-6): “As principais atividades dos ciganos são: Comércio de pequenas trocas e a propagação da cultura cigana, como a leitura de mãos, a cartomancia (jogo de cartas), música e dança, artesanatos e a valorização da língua Calon.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho nos sentimos realizados. Pois, a produção do mesmo nos permitiu conhecer/ampliar nossos conhecimentos acerca dos povos ciganos. Estudar este grupo social foi/é importante tanto quanto estudantes da UFPB - que nos inseriu no campo dos estudos de uma minoria étnica presente no Brasil desde a colônia- quanto como educadores, que tinha estigmas e preconceito sobre/contra estes povos de comunidade tradicional.

As pesquisas, leituras e reflexões realizadas sobre os povos ciganos nos fizeram/fazem enxergar a riqueza cultural desse grupo social que sofreu e vem sofrendo há centenas de anos com estigmas negativos e preconceito em nosso país. Além disso, os novos conhecimentos que vamos adquirindo vão desconstruindo o que aprendemos sobre os ciganos com nossos ancestrais. Essa pesquisa bibliográfica nos fez passar a ter um outro olhar sobre estes povos que habitam o Brasil e a Paraíba.

Com isso, percebemos que, segundo Rodrigues et al (2012, p. 122) na verdade, há a “[...] necessidade de uma nova atitude educacional, junto aos cursos de formação de professores (as), a partir do paradigma da promoção da qualidade de vida e cidadania, com novas propostas pedagógicas para os contextos [...] ciganos [...]”. Buscando, assim, a visibilidade e notoriedade desse grupo social minoritário.

Enfim, teremos um grande desafio, pois os ciganos são povos com uma cultura própria, que para minimizar o preconceito contra eles, acreditamos, precisa ser conhecida pelo restante da população, algo que não será tão fácil, tendo em vista que, “A ausência de dados sobre os ciganos, muitas vezes se dá por suas próprias tradições. Não registram, não escrevem, seus costumes se transmitem de geração a geração pela oralidade” (Rodrigues, Id). Porém, consideramos necessária a realização de mais pesquisas científicas sobre estes povos, daí a importância do respeito para que estejamos com eles, falemos com eles e por eles buscando minimizar uma dívida secular que temos com estes povos de comunidade tradicional.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Juliana. **Ciganos:** cultura e origem. Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/ciganos/>. Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ciganos - Documento Orientador para os Sistemas de Ensino.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Povo Cigano – O direito em suas mãos.** Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH. Esplanada dos Ministérios, Brasília, DF. 2007.

FILHO, Israel Dias da Silva. **A (in)visibilidade social e marginalização das etnias ciganas frente às políticas educacionais:** o caso do povo calon do município de Sousa (Paraíba). 110f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2022.

JORNAL DA PARAÍBA. **Ciganos enfrentam rotina de discriminação e preconceito na PB.** 24 de maio de 2017.

Disponível em https://jornaldaparaiba.com.br/comunidade/vida_urbana/ciganos_enfrentam-rotina-de-discriminacao-e-preconceito-na-pb/2017. Acesso em: 24 de maio de 2023.

LEISTNER, Rodrigo Marques; FANTI, Mabielle Pedra. Vamos falar sobre ciganos? Projetos educacionais, representações e a desconstrução do estigma no ambiente escolar. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 21, n. 71, p. 2038-2066, out. 2021.

MANGUEIRA, V.R.F.; BARBOSA, A.C.L. **Sertão cigano, o caso de Sousa-PB:** Percepções da realidade socioespacial dos Calon após três décadas de sedentarização. Anais XVIII ENANPUR 2019, Natal, RN, maio 2019.

MOONEN, F. **Políticas ciganas no Brasil e na Europa:** subsídios para encontros congressos ciganos no Brasil. Recife, 2013.

MOONEN, F. **Anticiganismo:** os ciganos no Brasil e na Europa, 2011. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/> Acesso em: 1 jun. 2023.

RODRIGUES, Janine Marta Coelho. **Ciganos Calón na Paraíba.** Projeto Formação docente frente a diversidade Universidade Federal da Paraíba. Centro de Educação – DHP - Programa de Pós-Graduação em Educação. Programa de Iniciação Científica – PIBIC. UFPB. 2023.

RODRIGUES, Janine Marta Coelho. Et al. **Diversidade Paraíba:** Indígenas, Religiões Afro-brasileiras, Quilombolas, Ciganos. João Pessoa – PB: Editora Grafset. 1. ed. 2014.

RODRIGUES, Janine Marta Coelho. Et al. **Construindo trilhas, refazendo caminhos. Alguns pontos de reflexão sobre educação e diversidade.** João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora,

2012.

SIMÕES, R. C. F. **Educação cigana:** Entre-lugares entre escola e comunidade étnica. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 113f., 2007.

TEIXEIRA, R. C. **História dos ciganos no Brasil.** Recife: Ed. Núcleo de Estudos Ciganos, 2008.

CAPÍTULO 3- OS SABERES E FAZERES DOS PESCADORES ARTESANAIS QUE VIVEM DA PESCA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

Carlos Kleber Sobral Corlett

Aluno Especial da Disciplina Inclusão, Exclusão e Diversidade do Programa de Pós Graduação em Educação – Políticas Educacionais da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Especialista em Supervisão, Orientação Educacional e Gestão Escolar.

Inácia Érica de Farias Sobral Corlett

Aluna Especial da Disciplina Gênero, Etnia-Raça, Geração e Diversidade Cultural do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Especialista em Educação Infantil pelas Faculdades Integradas de Patos – FIP.

RESUMO: A pesca é uma das atividades de subsistência mais antigas da história da humanidade, onde vai sendo repassada de pai para filho, o que acaba, acreditamos, proporcionando um acúmulo de conhecimentos próprios aos saberes e fazeres dessa ação. Tivemos como objetivo geral desse artigo: Identificar os conhecimentos da pesca na Colônia de Pescadores Z 27 em Soledade, PB. Alguns dos motivos que nos levaram a escolher uma colônia de pescadores foi o fato de ser um grupo social de povos de comunidade tradicional. Este artigo está organizado em três seções. Para esta produção, alguns autores referenciaram nossa discussão, inclusive, acerca da conceituação da nossa proposta de trabalho. Dentre eles, destacamos: Acselrad; Gorayeb; Matos; Moreira, dentre outros. Realizamos alguns estudos bibliográficos sobre a conceituação de Pesca Artesanal e Cartografia Social.

PALAVRAS-CHAVE: Pesca. Saberes. Fazeres. Pescadores. Semiárido

INTRODUÇÃO

As relações sociais são um pouco complexas, nos fazem pensar e repensar ações, além de nos trazer diversos questionamentos, difíceis até de responder, principalmente, quando se tratam das relações sócio espaciais. Por isso, buscando responder algumas dessas questões foi preciso a criação de novos instrumentos e estratégias alusivos as realidades que perpassam o cotidiano de nossas vidas. É partindo dessa premissa, que surge a Cartografia Social, como uma tentativa de explicar as realidades sociais a partir da participação social na confecção de mapas no final do século XX.

Conforme ASCELRAD (2010), a Cartografia Social surgiu no final do século XX, juntamente com as representações cartográficas que passaram a contemplar a participação de populações locais nos processos de produção de mapas, sendo que essa nova forma de mapeamento envolvia, e ainda envolve, agências governamentais, organizações não

governamentais, povos e comunidades tradicionais como indígenas e quilombolas, cooperação internacional, fundações privadas, universidades, dentre outros.

Assim, a cartografia social é um ramo do conhecimento cartográfico que surge na modernidade como uma metodologia participativa e social, objetivando propiciar possibilidades para dar poder, visibilidade, vez e voz aos povos tradicionais e grupos sociais fragilizados.

ASCERALD (2011) apud GORAYEB (2014, p. 3), acredita que:

Por meio do mapeamento social, busca-se dar voz e visibilidade às diversas categorias sociais, como às mulheres quebradeiras de coco, ribeirinhos, homossexuais, quilombolas, indígenas, faxinalenses, artesãos, extratores, pescadores, seringueiros, castanheiros, carvoeiros, etc. [...] Com o apoio de sindicatos, associações, movimentos, cooperativas, esses grupos têm utilizado o mapa social “como forma de afirmar direitos territoriais” em diferentes contextos.

Dessa forma, percebemos que, os mapas podem ser produzidos pelos mais diversos grupos sociais, aqui, chamados pelos autores de categorias sociais, até então, “invisíveis” / “esquecidos” pela sociedade, cujos saberes e fazeres são negados, principalmente, na escola e pelos currículos escolares, mesmo estando esses indivíduos inseridos nesse espaço de formação educacional como um meio que, com apoio de sindicatos, associações e movimentos sociais consolidam seus direitos territoriais em contextos diversos.

Sendo assim, decidimos produzir uma cartografia social numa colônia de pescadores do município de Soledade - PB, a chamada Z 27, que utiliza o Açude Ministro José Américo, também chamado de Açude do Estado para sua sobrevivência, um manancial localizado numa área de baixo índice pluviométrico que é o semiárido paraibano.

Realizamos alguns estudos bibliográficos sobre a conceituação de cartografia social e pesca artesanal, além de nos reunirmos presencialmente e online para elaborarmos algumas questões que seriam/foram aplicadas aos pescadores, visitas e entrevistas com alguns filiados da colônia Z 27, inclusive, com o presidente da mesma. Nessa pesquisa o uso da Cartografia Social está relacionado aos (as) pescadores (as) da colônia de pescadores Z 27, que fica localizada no município de Soledade, PB. A pesquisa tem como principal objetivo saber como se deu a criação/fundação da colônia, os saberes e fazeres da experiência dos (as) pescadores(as). Ela (A pesquisa) se deu num primeiro momento através de levantamentos bibliográficos e estudos acerca do próprio instrumento de trabalho. Num segundo momento, foram elaboradas questões e desenvolvidas entrevistas com quatro (04) pescadores, em que procurou-se

entender, principalmente, algumas características deles, como se organizam enquanto grupo social, os locais onde desenvolvem as atividades da pesca, como surgiu a colônia de pescadores, se esses saberes e fazeres da experiência da pesca são passados de pai para filhos e se recebem alguma ajuda do governo ou algum órgão e/ou entidade privada. Após as entrevistas, realizamos a sistematização e análise dos dados que culminaram com esta produção, importante para nós, pois, levamos em consideração a nossa interação e troca de conhecimentos com os pescadores da colônia Z 27.

Essa colônia está localizada próxima ao açude de Soledade - PB, inaugurado em fevereiro de 1933, foi construído objetivando aumentar a disponibilidade de água para abastecimento, com medida de combate à escassez de água na região. Está situado na entrada de Soledade (BR 230), no sentido de Soledade a Campina Grande, ele tem sua capacidade máxima de 27.058.000 milhões de m³ de água, de acordo com AESA (2014).

O QUE NOS MOTIVOU A ESCOLHER ESSA TEMÁTICA?

Tratando-se de cultura, por exemplo, vimos e aprendemos, segundo (THOMPSON, 1998; BARTH, 2000 apud MATOS, Cleide Carvalho de. Et al, 2021, p.406) que, Cultura, no sentido antropológico, pode ser interpretada como um conceito que abarca tradições, simbolismo, cosmovisões, crenças, experiências, saberes, modos de ser e estar no mundo, de cada povo e em cada contexto histórico. Não consiste, portanto, em um sistema universal, ao contrário, configura-se como um sistema de referências e significações heterogêneas.

Com base no exposto, o conceito de cultura não se restringe apenas a um sistema único, mas a um sistema de sentidos e significados diversos e ao mesmo tempo específicos, transformados com frequência pelos grupos sociais quando entram em contato com outros grupos sociais.

Nosso país possui uma grande extensão territorial e geográfica, por isso, possui uma variedade de climas, paisagens, biomas, povos, culturas, lugares, hábitos, etc. Daí, ser um país multicultural, formado por diversos povos que contribuíram e contribuem para/com a formação de nossa identidade.

Com base nessa premissa, podemos nos perguntar: Qual o reflexo dessa diversidade na educação brasileira? O processo de aprendizagem de uma criança que está em São Paulo, por exemplo, sofre influências e está em um contexto bem diferente de uma criança que se encontra

na Paraíba? Para responder essas perguntas, atualmente, contamos com a Base Nacional Curricular Comum – BNCC (2017, p. 9), que é,

[...] um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN).

Entretanto, no nosso cotidiano, em nossa prática docente, por mais que a BNCC norteie os currículos, sabemos que temos muitas regionalidades e que algumas não são consideradas e contempladas pelo currículo escolar.

A própria conceituação de currículo expressa por Oliveira (2012) apud Gonçalves & Rosa (2021, p.137) nos dá embasamento para isso, quando diz:

[...] a noção de currículo, especialmente os currículos *pensados praticados* (OLIVEIRA, 2012) nos cotidianos escolares, é muito mais ampla do que os temas ou conteúdos postos. [...] Consiste no reflexo da imensa diversidade cultural dos funcionários, professores e alunos; bem como das conjunturas e interesses sociais, econômicos e, até mesmo, políticos que integram o próprio ambiente acadêmico. Assim sendo, o currículo é criado e reinventado, diariamente, assimilando práticas e eliminando aspectos; revelando, dessa forma, possibilidades até então inimagináveis.

Assim, a interação entre os sujeitos que estão na sociedade e, principalmente, pertencem ao cotidiano escolar, precisa ampliar sua realidade por meio de novas formas de participação social, muitas vezes, esquecidas, o que acaba contribuindo para exclusão desses sujeitos.

Portanto, o que nos motivou a escolher essa temática através desse instrumento, foi o desejo de conhecer e aprender a construir uma cartografia social e conhecer saberes e fazeres da experiência da pesca no semiárido paraibano de pescadores, uma categoria social de comunidade tradicional próxima de nós, de nossa realidade. Para isso, trabalhamos numa perspectiva inclusiva, para dar visibilidade aos mesmos, aprendendo e/ou confirmando que a pesca é uma importante atividade econômica e de subsistência do município de Soledade - PB e região.

MATERIAIS E MÉTODOS: METODOLOGIA UTILIZADA NA CARTOGRAFIA SOCIAL

Para Costa (2010, p. 5),

Cartografia Social é uma proposta conceitual e metodológica que permite construir um conhecimento integral de um “território”, utilizando instrumentos técnicos e vivenciais. Trata-se de uma ferramenta de planificação e transformação social que permite uma construção do conhecimento a partir da participação e do compromisso social, possibilitando a sua transformação. Reconhece na pesquisa, que o conhecimento é essencialmente um produto social e se constrói num processo de relação, convivência e intercâmbio com os outros (entre seres sociais) e destes com a natureza. A metodologia para a sua realização possui fundamentos conceituais da pesquisa-ação participativa baseados no território como elemento fundamental da metodologia e tem demonstrado grande ajuda e importância no diagnóstico participativo.

Dessa forma, entendemos a Cartografia Social como sendo uma ferramenta indispensável para que ocorra uma transformação social, tendo em vista que, a mesma requer a participação e compromisso social dos sujeitos envolvidos em sua construção, eles são atores sociais e ocupam o território e o espaço estudados, apresentando seus saberes, fazeres e viveres da experiência das diversas culturas existentes.

Segundo NETO (2016), [...] as relações do mundo atual devem ser compreendidas para além das quantificações e é nesse contexto que surge a Cartografia Social, ou seja, esse tipo de cartografia consiste em um procedimento metodológico coletivo e participativo, objetivando principalmente a construção de mapas que levem em consideração dimensões coletivas e participativas da sociedade que contribui significativamente para a mesma.

Pensamento alinhado ao de COSTA (2010, p. 9), que afirma e completa,

[...] a Cartografia Social uma metodologia nova e uma alternativa que permite às comunidades conhecer e construir um conhecimento integral do seu território, para que possam escolher uma melhor forma de vivê-lo. É uma forma de pesquisa humanista e humanizadora. É uma proposta conceitual e metodológica nova que faz uso de instrumentos técnicos e vivenciais. Esse tipo de mapas (em oposição aos mapas tradicionais elaborados unicamente pelos técnicos) é elaborado pela comunidade num processo de planejamento participativo, pondo em comum o saber coletivo (horizontal) e, dessa forma, legitimando-o. É um processo democrático de produção de conhecimento através da transcrição da experiência dos lugares não nomeados. Os membros da comunidade analisam coletivamente os problemas sociais, num esforço para compreendê-los e solucioná-los.

Assim, no mapeamento social, as comunidades representam o seu mundo, de sua forma. E um mapa não é algo fechado, mas um processo permanente de construção. Inclusive, já há estudos recentes acerca da Cartografia Escolar e da Alfabetização Cartográfica, tanto na Educação Infantil quanto nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, etapas da Educação Básica que atuamos.

Identificar em nossos estudos a informação supracitada nos alegra, pois partindo da conceituação de Cartografia Social apresentada, trabalhar o referido instrumento nessas etapas iniciais da Educação Básica é dar visibilidade as crianças e aqueles (as) alunos (as) que estão na escola diariamente e têm seus saberes e fazeres da experiência negados pelo currículo escolar. Acreditamos, sem o debate da importância de seus lugares de pertença/realidades locais “Tudo aquilo que eles sabem de experiência própria e bem vivida não é levado em conta.” (CECCON, Claudius. Et al, 1982, p. 17).

Com base no exposto, esta área de estudos torna-se essencial tanto no processo de escolarização quanto no processo de desenvolvimento integral da criança. Daí, identificarmos uma área nova e em ascensão, pois busca desde cedo, dar voz e visibilidade as crianças/povos de comunidades tradicionais que estão no interior das instituições escolares brasileiras e, sobretudo, paraibanas. Lamentável mesmo é o fato das nossas instituições escolares não darem tanto valor ou importância a esses saberes e fazeres existentes na escola, que ainda são passados de pai para filhos no seio da instituição familiar.

Como diz o Pescador IV, quando perguntado se a pesca é ensinada de pai para filho na colônia ou os pais incentivam os filhos a ter outras profissões, ele diz: “Meu querido, aqui em Soledade, é de pai para filho. Por que a gente temos aqui muitos pescadores que o pai foi pescador, os avôs foi pescador, todos foram pescador. 90% dos nossos pescadores aqui é de herança dos pais.”

As leituras que foram escolhidas para desenvolver o referencial teórico desse trabalho, levaram a compreensão do conceito de Cartografia Social e dos conceitos de currículo e cultura, a metodologia teve como grande abordagem a Cartografia Social conceituada por autores, como: ASCERALD (2010) e GORAYEB (2014), os quais discutem a importância dos sujeitos enquanto atores sociais e construtores de suas próprias cartografias. Infelizmente não tivemos como realizar as oficinas para construção do mapa social, tendo em vista que a sede onde funciona a colônia está passando por reforma em sua estrutura física e seu presidente se encontrar enfermo.

Realizamos uma breve entrevista com alguns pescadores dos municípios de Soledade e Cubati, inclusive, um dos entrevistados, foi o presidente da colônia Z 27, mesmo doente ele nos recebeu em sua residência e foi muito gentil em compartilhar seus conhecimentos conosco.

O questionário continha perguntas simples, do tipo abertas: Como vocês enfrentam o período da estiagem? De onde surgiu o interesse da escolha da pesca como profissão? A cultura

da pesca é repassada de pais para filhos ou eles são incentivados a seguirem outras profissões? Existe algum período durante o ano que a atividade da pesca não é permitida? Quais as principais dificuldades enfrentadas por vocês pescadores no período da pandemia? Além de outras perguntas, que foram destinadas apenas ao presidente da colônia de pescadores: Desde quando a pesca se tornou uma importante atividade econômica aqui no município? Aqui em Soledade, esse é o único reservatório que é usado para pesca? Ou vocês, além desse, tem outros mananciais aqui no município mesmo ou vão pescar também fora? Vocês pescadores têm o apoio de alguma entidade que os ajuda com cursos? Quando e quem foram os fundadores dessa colônia de pescadores? O senhor sabe ou se lembra agora quantos pescadores (as) vocês têm filiados (as) na colônia? Como presidente da colônia de pescadores, o senhor já foi convidado para ir para alguma escola falar do seu trabalho? Esses saberes e fazeres da experiência da pesca, que passam de pai para filho, estão sendo trabalhados na escola? Como?

Portanto, compreendendo, que o pescador artesanal é aquele profissional que exerce a pesca com fins comerciais, com uso de instrumentos artesanais, embarcações pequenas, e podem atuar em regime de economia familiar ou de subsistência, optamos por uma pesquisa qualitativa por meio de entrevista com perguntas abertas, realizada com quatro (04) pescadores de nossa região, filiados a colônia de pescadores Z 27, que vivem e sobrevivem da pesca artesanal no Açude Ministro José Américo, situado em Soledade - PB, em meio ao semiárido nordestino, onde a conservação dos recursos hídricos é uma preocupação frequente.

DISCUSSÕES E ANÁLISES: PESCA ARTESANAL, PESCADORES: SEUS SABERES E FAZERES

A pesca sempre se fez presente na história da humanidade, tanto para subsistência quanto para mercantilização. Ela pode ser vista/tida como uma atividade produtiva ou de lazer. Atualmente, ela é uma importante fonte de renda para o município de Soledade, PB e cidades circunvizinhas do semiárido paraibano, mas em momentos de estiagem se torna bastante sacrificante, pois os pescadores muitas das vezes tem que procurar outra fonte de renda nesse período ou se deslocar para outros estados em busca de açudes públicos.

No período da estiagem nós trabalhamos em outra atividade quando não podemos viajar por outra região que também está sofrendo da mesma forma. Tem região que não tem esse sofrimento com estiagem nós viajamos até lá, pode ser no Rio Grande do Norte, pode ser no alto sertão, onde tem açude público nós vamos até lá. (PESCADOR I).

Nesses difíceis e árduos períodos enfrentados pelos pescadores, que são os períodos de estiagem/seca, alguns açudes se mantêm cheios, mesmo que não tendo água em sua capacidade total, eles são distantes e localizados em outros estados e/ou privados. Quando seus açudes secam, impossibilitando a pesca, os pescadores encontram nos que ainda dão para pescar, a solução para seus problemas. Mês mo enfrentando muitos obstáculos e dificuldades, alguns deles são persistentes.

Nós enfrenta o período de seca, normalmente, né? É. Os caba pescando, vão pescar no açude aqui seco, teve seco. Mas, vão pescar no Mucutu, vão pescar em Taperoá, vão pescar no Rio Grande do Norte, vão pescar em Pernambuco. Aí coloca no lugar todos os pescadores que o pescador, ele profissional, ele pode pescar em qualquer região que pertencer a área do, do governo federal. (PESCADOR IV)

Há, ainda, os que optam por não irem para outros açudes, acabam passando por momentos difíceis, segundo o pescador III: “O período da estiagem é muito difícil pra gente porque os açudes ficam secos e agente não tem onde ir pescar o peixe, é muito difícil, agente passa até necessidade.”

Percebemos, nessas falas, uma contradição. Enquanto o pescador IV fala de ir buscar seu sustento em outros açudes, inclusive, em outros estados. O pescador III afirma que não tem onde ir pescar o peixe. Talvez essa justificativa se dê em função das dificuldades financeiras e a falta de apoio anteriormente dada e retirada pelo governo municipal, que facilite esse deslocamento, como podemos comprovar num outro trecho da fala do pescador IV:

[...] O pescador aqui que quiser sair pra outra cidade, ele vai ter que bancar do bolso dele. Antigamente, não. Antigamente, a gente tinha apoio dos governos, né? A gente era melhor pra gente. Quando a gente encontra açudetinha, tinha o carro pra levar, tinha o carro para ir buscar. Hoje, não. Hoje o pescador tem de bancar tudo do bolso dele. (PESCADOR IV)

Com base na fala acima, percebemos que entre as adversidades que os pescadores enfrentam, a falta de apoio dos governos municipal, estadual e/ou federal impede alguns desses sujeitos, sobretudo, por questões financeiras, de buscar seu alimento e/ou fonte de renda em outros lugares nos períodos de estiagem/seca.

Vários são os motivos que levaram esses indivíduos a serem pescadores (as) e a fundarem uma colônia, que brevemente, será uma cooperativa, conforme nos confidenciou um dos pescadores entrevistados. Porém, acreditamos, que o maior e o mais forte, foi o exemplo e ensinamento de seus pais.

Outro entrevistado respondeu que, “A falta de ensino educacional, e interesse pela pesca”

(PESCADOR II) o fizerem ser pescador. Localizamos aqui, a informação de que, o motivo de ser pescador para este sujeito, refere-se a sua falta de estudos. Algo compartilhado pelo pescador III: “O interesse pela pesca surgiu porque o meu estudo era pouco, não tinha emprego, a dificuldade era grande na época, comecei a pescar, aí me interessei, graças a Deus me tornei um profissional e hoje ainda vivo napesca, é do que eu vivo há 40 anos.” Assim, mesmo atribuindo seu interesse pela pesca e escolha dessa profissão a sua falta de escolarização, o pescador III diz que se interessou por este ofício, identificando-se e sobrevivendo graças a ele.

Acerca, se esses saberes e fazeres eram, de fato, repassados para seus filhos, uma das respostas nos chamou atenção, pois o pescador apontou um percentual com base em sua experiência de vida e de trabalho: “Meu querido, aqui em Soledade, é de pai para filho. Por que a gente temos aqui muitos pescadores que o pai foi pescador, os avôs foi pescador, todos foram pescador. 90% dos nossos pescadores aqui é de herança dos pais.” (PESCADOR IV).

Mais uma vez, vemos a importância da educação familiar e os saberes e fazeres da experiência das comunidades tradicionais e locais na formação dos seus (suas) filhos (as), que desde cedo, aprendem as culturas e valores ofertadas por seus pais sobre seus lugares de pertença. Algo de extrema relevância, pois, “O lugar seria a base da reprodução da vida, podendo ser analisado pela tríade habitante - lugar- identidade” (MOREIRA, 2007, p.53).

Nas entrevistas realizadas, concluímos que, alguns (mas) filhos (as) seguem o ofício dos pais, entretanto, outros não querem aprender os saberes da pesca e buscam outras profissões e fontes de renda, diferente dos seus genitores. Como disse o pescador III “A cultura da pesca incentivei meus filhos, mais nem um quiseram seguir, seguiram outros caminhos.”

Outros (as) filhos (as) optam por continuar o legado de seus pais e avós e não buscam outras oportunidades por não terem estudo ou continuar os saberes e fazeres que aprenderam com seus ancestrais. Nas colônias de pescadores, geralmente, o trabalho é realizado pelos pais.

Compreendemos a conceituação de colônias partindo do que diz BERGOSSI (2002): “[...] são organizações sociais que representam a classe dos pescadores no sentido de intervir a favor da atividade junto ao governo brasileiro, desde 1946.”

No caso da colônia de pescadores Z 27, sua criação, fundação e motivo de seu nome, deu-se em 2004. Acerca dessa questão, o pescador IV, nos disse:

Foi 2004 que nem eu te falei, né? A gente fumo à João Pessoa e lá em João Pessoa e abria, tinha uma vaga para cuselo, para uma colônia. E daí, lá eu tava mais minha esposa, lá em João Pessoa numa reunião estava lá, imediatamente, falei com o pessoal da Marinha e do IBAMA, aí consegui, consegui registrar o nome da minha esposa que tem fim que o nome dessa colônia é o nome de meu pai que nós não conhecia o nome

compreto de alguns pescadores, a gente não tinha a noção de quantas pessoas que era pescadores mais efetivo. Aí coloquei o nome do meu pai: Antônio Inácio de Lima. Ela se chama Antônio Inácio de Lima, vulgo 27. Por que todas colônias tem que ter seu matrícula. A da gente é Z 27. Aí, daí, nós se fomos pro Ministério do Trabalho e registremo lá esse nome e de lá veio, chegou o selo. Chegou o selo. Hoje, a gente trabalha aqui desde esse dia, quando foi, de repente, fizemos a eleição, a minha esposa passou quatro anos e depois de quatro anos, aí eu fiquei a frente, eu tô com dois mandatos dessa colônia aqui de pescadores. (PESCADOR IV)

Percebemos que este é um grupo social organizado, que buscou diálogo e ajuda para sua criação/fundação, enquanto colônia, com órgãos governamentais e grupos já organizados que sobrevivem da pesca.

Questionados se existia algum período do ano em que a pesca não era permitida, todos responderam durante a reprodução dos peixes. Um pescador disse até que, também quando os alevinos eram colocados no açude para crescer eles não podiam pescar.

Todo ano tem um período de três meses que não pescamos que é para que os peixes se reproduzam e até mesmo o que eles soltam cresçam um pouco. A gente recebemos o seguro defesa que é um salário mínimo por cada mês, então são três salários mínimos, os três meses que é justamente pra gente ficar em casa esperando passar esse período. (PESCADOR I).

Sendo assim, identificamos a informação de que, existe um período do ano que a pesca não é permitida, chamado de período de piracema. De acordo com Leira, (2020) A piracema é a maneira natural que o peixe possui para desencadear as alterações fisiológicas necessárias para a reprodução. Essas alterações têm como resultado a liberação de hormônios da reprodução.

Alguns pescadores, em suas entrevistas, apontaram as datas que formam este período. “[...] de 1º de dezembro a 1º de março.” (PESCADOR II). Período reafirmado pelo pescador III: “[...] de 1º de dezembro a 1º de março é proibido pescar, é proibido por lei.”

Os peixes que realizam a piracema são classificados como peixes migratórios, enquanto os demais são classificados como secundários. Os primeiros, para fechar seu ciclo reprodutivo, necessitam de três ambientes diferentes dentro da bacia hidrográfica: área de desova, área de crescimento e área de alimentação. Como esses ambientes são encontrados em diferentes locais da bacia, os peixes precisam nadar rio acima ou nos açudes em busca dessas condições. Os peixes sedentários, por suavez, conseguem completar seu ciclo de vida na mesma área da bacia hidrográfica onde vivem e por isso não realizam piracema.

Como vimos, no período de reprodução dos peixes, os pescadores recebem o seguro defesa, que é um auxílio do governo no valor de um salário mínimo. Algo reforçado pelo

pescador IV: “[...] Quatro meses a três meses que o pescador não pode, não pode pescar. Ele tem três meses. Durante esses três meses que ele não pode pescar, aí ele recebe os três meses de salário.”

Percebemos que, esse período de não poder pescar devido a reprodução dos peixes ou colocá-los pequenos no açude e ter que esperar que cresçam, não é mais tão difícil, visto que, hoje, os pescadores filiados a colônia de pescadores recebem um benefício durante três meses que, acreditamos, supre em parte suas necessidades e as de sua família. Entretanto, todos os entrevistados relataram, em suas repostas, que o período da pandemia do COVID-19 foi um período difícil e bastante sofrido, em diversos aspectos, para os (as) pescadores (as) da colônia Z 27.

Perguntados acerca das dificuldades que encontraram na referida pandemia, um deles relatou:

É apoio, né? Apoio. Apoio assim dos poder municipal, dos poderes estaduais por que a gente vê que uma cidade que nem Soledade que até se a gente tivesse o apoio do poderes municipais, a gente, as coisas eram melhor pra opescador. O pescador aqui que quiser sair pra outra cidade, ele vai ter que bancar do bolso dele. Antigamente, não. Antigamente, a gente tinha apoio dos governos, né? A gente era melhor pra gente. Quando a gente encontra açude tinha, tinha o carro pra levar, tinha o carro para ir buscar. Hoje, não. Hoje o pescador tem de bancar tudo do bolso dele. E na empendemia foi muito pesado pro pescador porque foi um ano muito sofrido. Ano de muita dor com as pessoas, a gente perdemos aqui vários pescador aqui em Soledade, perdemos três pescadoras, perdemos dois pescador pela essa empendemia, que veio aí, né? Essa doença mardita, né? Mas, e aí sempre agente se adomestiquemos também da luta. (PESCADOR IV).

Outros, porém, alegaram que era se deslocar para outros lugares e/ou região a fim de venderem seus produtos, neste caso, os peixes.

Na pandemia as maiores dificuldades era a gente sair para outras regiões que tinha peixe com medo, pois a gente achava que a doença era mais naquela região do que na nossa. A dificuldade era essa, viajar para esses outros açudes, como de Parelhas, Taperoá, esses outros açudes que tinha água, tinha peixe. (PESCADOR I).

Durante a pandemia foi muito difícil pra gente, não tinha feira pra gente vender o peixe, o pessoal não saía de casa pra vir comprar na casa da gente, muitas vezes pegava o peixe e não tinha pra quem vender (PESCADOR III).

Infelizmente, esse período da pandemia trouxe inúmeras dificuldades em todos os aspectos para os (as) pescadores (as), foram eles de cunho sociais, econômicos, emocionais... No tocante as vendas dos peixes, por exemplo, devido ao isolamento social, as feiras livres de Soledade - PB, foram impedidas de serem realizadas e as pessoas não deixavam suas residências com medo

de adoecer e morrer. Este sem dúvida, foi um período de escuridão para os pescadores da colônia Z 27. Pois, além do medo da perca, de morrer, veio a falta de apoio, mas apesar de tanta adversidade, os pescadores se mostraram resistentes e como um disse, eles (Grifo nosso) se adaptaram a doença já que não desistiram da luta.

Sobre o número exato de pescadores (as) filiados (as) a colônia de pescadores Antônio Inácio de Lima, a Z 27, um dos entrevistados, o pescador IV (Presidente da colônia de pescadores e vereador em Soledade - PB), nos disse:

Nós tinha duzentos e noventa e duzentos e noventa. Hoje, nós temos aposentados, nós temos cinquenta aposentados. Nós temos vinte e um, vinte e um que é do caso de morte, de, de... essas coisas e nós temos cinco encostados por validez de doença, que é, que foi válido, que não podem trabalhar. Nós temos um total hoje de cento e dezanove, cento e noventa e oito nessa média de efetivos. (PESCADOR IV).

Identificamos na fala do pescador uma contradição no número exato de pescadores (as) filiados (as) na colônia. Entretanto, ele relata a situação atual de alguns filiados (as).

O presidente da referida colônia de pescadores também foi questionado se, pelo cargo de presidente que ocupa, já foi convidado para ir para alguma escola falando seu trabalho. Ou se, esse saber, que passa de pai para filho, está sendo transmitido na escola. E, se sim, Como? Seu Chiquinho, como carinhosamente é conhecido por seu povo e no município, atentamente, respondeu:

Aqui teve a escola daqui, a Juvina. A Juvina daqui do Alto São José foi uma, teve um encontro lá com as crianças. E as crianças ela foi muito importante, que as crianças lá perguntando como fundou a colônia, como foi a colônia, tudo gravado, né? Mas só que a menina não passou nem a gravação desse sistema, desse sistema que foi feito. Eu tenho que pedir a ela por que nós depende muito da ação social. Pro social isso é importante pra gente. Pra gente ter esse documento. Mas, ela não passou pra gente esse informação. Mas, qualquer hora vou cobrar da professora que foi um dia muito importante que as crianças perguntando; quem foi o fundador? Quem foi os... contando a história da colônia todinha. Agora, no dia, tinha uma mulher sacodindo a tarrafa lá, mas a mulher por causa da empendemia não pode ir. Mas, a minha mulher quem sacode a tarrafa. (PESCADOR IV)

Detectamos, com base na resposta dada, que a instituição escolar situada no Bairro Alto São José, em Soledade - PB, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Juvina de Oliveira Monteiro, onde se localiza a Colônia de Pescadores Antônio Inácio de Lima e que atende as crianças, filhos (as) dos (as) pescadores (as) trabalha atividades alusivas aos saberes e fazeres da experiência da pesca, talvez incentivando e/ou desenvolvendo nas mesmas o sentimento de pertença por sua cultura de subsistência, fonte maior da alimentação de suas famílias. Aqui, “O

currículo assume um lugar de destaque na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Devido a isso, é o território mais cercado, mais normatizado. Mas, também, o mais politizado, inovado, ressignificado (ARROYO, 2011, p. 13 apud MATOS, Cleide Carvalho de. Et al, (2021, p. 414). Porém, percebemos, que a referida instituição escolar não dá o feedback das ações realizadas em seu interior as famílias e a própria colônia de pescadores. O que impede a colônia de receber ações sociais seja de natureza pública e/ou privada.

Nos é perceptível que algumas das respostas dadas foram divergentes, algo esperado, pois são opiniões diferentes, situações e experiências diversas vivenciadas por cada pescador e suas famílias. No enfrentamento da estiagem, por exemplo, um pescador mencionou que vai em busca da pesca em outros açudes, o outro pontuou as dificuldades enfrentadas no sustento familiar. Além disso, alguns dos entrevistados incentivavam a inserção dos (as) filhos (as) na atividade da pesca, outros não. Nas demais perguntas, as respostas divergiram um pouco, mas todas as respostas estavam alinhadas.

Enfim, a cartografia social sugerida e ensinada na escola, oportunizará aos (as) alunos (as) que, eles (as) sejam protagonistas de sua própria história e construtores de seu mapa social. Uma vez que, apropriando-se da cartografia social, enquanto uma metodologia, esses sujeitos estarão construindo/ampliando seus conhecimentos, sobretudo, de suas culturas, o que acarretará numa aprendizagem significativa e desenvolvimento do sentimento de pertença por conhecer a história e as manifestações culturais de seu lugar. Tendo vez, voz e visibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse trabalho, uma construção acadêmica e social, foi para nós um desafio, tendo em vista, que conciliar pesquisas, selecionar textos, ler, estudar o material, saber a, e aprofundar-se na metodologia, elaborar questões acerca da pesquisa selecionada, realizar visitas e entrevistas, sistematizar e analisar as informações coletadas, nos reunir presencialmente e até mesmo online, diante de um término de bimestre, trabalhando quarenta (40) horas semanais em dois municípios ou até em um mesmo, não foi fácil. Mas, conseguimos!

Este trabalho nos oportunizou conhecer o que é uma cartografia social e a importância da mesma para os grupos sociais, principalmente, os grupos de comunidades tradicionais. Não basta apenas reconhecermos esses territórios, mas dar a devida importância aos povos que neles habitam. É preciso que todos, todas e todes conheçam seus lugares, suas histórias, suas

manifestações culturais e despertem ou agucem, ainda mais, seu sentimento de pertença por suas comunidades, por seus lugares... Isso é possível. E um bom caminho é a escola.

É preciso que o (a) professor (a) tenha também uma formação inicial que leve em conta suas experiências anteriores e temas que nos inquietam e perpassam o nosso cotidiano.

Conforme Rodrigues (2004, p.34): “A formação docente também chamada formação inicial, é constituída da trajetória escolar do estudante para professor e da trajetória pessoal e acadêmica de cada indivíduo”. Ou seja, esse tipo de formação é constituído pelas experiências anteriores vivenciadas pelos sujeitos enquanto alunos de Curso Normal e/ou Licenciatura em Pedagogia, bem como dos conhecimentos teóricos que os mesmos absorveram durante essa formação. E uma excelente opção para ser trabalhada nesses cursos de formação seriam os conhecimentos alusivos à diversidade.

Os artigos mostram que a diversidade deve fazer parte da estrutura de organização dos cursos de formação de professores. Evidencia-se, portanto, a importância da educação como um espaço de construção de um novo paradigma que possa contribuir na superação das desigualdades. (MATOS, Et al. 2021, p. 414).

A citação supracitada só confirma o que pensamos e, acreditamos, a formação docente deve trabalhar em seu currículo temas como diversidade, a fim de intensificarmos, numa perspectiva inclusiva, justa e igualitária, os saberes e os fazeres das comunidades que estão à mercê do currículo escolar, combatendo portanto, as desigualdades sociais.

A pesquisa foi realizada na colônia Z 27 (Soledade - PB), com um universo de 4 (quatro) pescadores, que realizam atividades no Açude José Américo, também conhecido por Açude do Estado, através de entrevistas com perguntas semiestruturadas, para construir um retrato de alguns saberes e fazeres da experiência da pesca no semiárido paraibano. Após a coleta dos dados, foi elaborada uma síntese das informações das entrevistas, transcritas fielmente conforme as falas dos entrevistados e que estão contidas no apêndice desse trabalho. A metodologia teve como grande abordagem a cartografia social e se desenvolveu através de levantamentos bibliográficos. Essa pesquisa é de grande relevância para o campo da educação, pois permitirá conhecer um pouco como vivem os (as) pescadores (as) da colônia Z 27, em Soledade – PB e como seus conhecimentos são valiosos.

Vale destacar, o apoio dos pescadores, que se disponibilizaram em contribuir com as informações quando foram solicitados, tendo em vista que a interação entre eles e nós (Academia) foi acolhedora e harmoniosa.

Enfim, este trabalho atendeu nossas expectativas acerca da compreensão do que

gostaríamos de saber. Apesar das dificuldades e impedimentos, sua construção foi muito importante para o nosso desenvolvimento intelectual, pois através dela, foi possível conhecer e aprender um pouquinho dos saberes e fazeres da experiência dapesca no semiárido paraibano, ou seja, em nosso lugar, despertando não apenas em nós orgulho de saber que temos tantas culturas, mas que esse lugar é nosso, que o sentimento de pertença que tomou/toma conta de nós, é válido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. et al. Cartografia social, terra e território. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2013.

_____. Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano e Regional, 2010.

BEGOSSI, Alpina. Latin América Fisheries: Local organization and management. Tunísia: Latin América Fisheries. ISSE, 2002. P. 6-9.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília, DF. 2017.

CECCON, Claudius. et al. A vida na escola e a escola da vida. 3. Ed. Editora Vozes Ltda. Petrópolis, RJ. 1982.

COSTA, Manoel Messias Moraes da. Conhecendo a cartografia social: técnicas, vantagens e limitações. In: O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense – Produção didático-pedagógica. 2010. Curitiba, PR. Vol. II.

GORAYEB, Adryane. Cartografia Social e Populações Vulneráveis. UFC, Ceará. Fev. 2004.

LEIRA, M. et al. Piracema: período de preservação dos peixes nativos. Nuri time, revista eletrônica, Vol.15, Nº03, Maio/Jun. de 2018. Disponível em: <https://nutritime.com.br/wp-content/uploads/2020/02/Artigo-466.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2020.

MATOS, Cleide Carvalho de. et al. Identidade e diversidade cultural na formação docente: análise das resoluções do Conselho Nacional de Educação de 2002 a 2019. Interfaces da Educação, Parnaíba, V.12, N.35, p.398 a 422, 2021. ISSN 2177-7691.

MOREIRA, Erika Vanessa. et al. O lugar como uma construção social. Dissertação de mestrado. Revista Formação, n. 14. Vol. 2 – 2007, p. 48-60.

NETO, Francisco Otávio Landim. et al. Cartografia Social instrumento de construção do conhecimento territorial: reflexões e proposições acerca dos procedimentos metodológicos do

mapeamento participativo. Revista Casa da Geografia de Sobral. Universidade Estadual vale do Acaraú, V. 18, Nº. 2, p. 56-70, 2016.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. O currículo como criação cotidiana. Petrópolis: DPetAlli, 2012. apud. GONÇALVES, Rafael Marques. & ROSA, Diego. O direito à educação e a cidadania nos/dos currículos *pensadospraticados*. Revista Teias. V. 22. Nº especial. Out. / dez. 2021.

PEREIRA, Márcia Cristina de Araújo. et al. Monitoramento dos teores de sais no Açude Soledade. Artigo Científico. III Workshop Internacional – Sobre água no semiárido brasileiro. Campina Grande, PB. 2017.

RODRIGUES, Janine Marta Coelho. Profissão e profissionais em cena: concepções e tendências pedagógicas. In: RODRIGUES, Janine Marta Coelho & REGO, Rogéria Gaudêncio do. *Formação docente em discussão: coletando textos, discutindo idéias*. 2 ed. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2004, pp. 31-36.

CAPÍTULO 4- CHATGPT: REFLEXÕES SOBRE SEU USO NO CONTEXTO ESCOLAR

Michelline Viana Campos Lima

Mestranda em Ciências da Educação pela Ecumenical World University; Pós-graduada em Alfabetização e Letramento pela Universidade Estácio

RESUMO: O presente trabalho em sua temática reflexiva tem como tema ChatGPT: Reflexões sobre seu uso no contexto escolar. O trabalho teve como Objetivo Geral: Analisar os possíveis impactos das habilidades cognitivas do cérebro humano com o uso indiscriminado da Inteligência artificial IA, baseadas na Deep learning, como é o caso do processadores de linguagem como Chat GPT e seus similares; teve como Objetivos Específicos: Investigar a literatura sobre inteligência artificial (IA) no que se refere ao ChatGPT a partir da ótica do neurocientista Miguel Nicolelis e do linguista Noam Chomsky; Compreender a funcionalidade da Inteligência Artificial (IA) baseada no modelo de processamento de linguagem como o ChatGPT e seus similares; Entender as possibilidades da utilização do ChatGPT em consonância com a Base Nacional Comum Curricular BNCC(2018). A investigação foi baseada em uma pesquisa bibliográfica e entrevistas através de vídeos do YouTube. Neste contexto, em pleno século XXI, os seres humanos estão vivendo em um contexto histórico único no que concerne aos usos das inteligências artificiais (IA). A máquina de forma minuciosa está facilitando as tarefas diárias mais comuns, até aquelas que exigem maior complexidade. E está presente nos mais diversos setores de trabalho, que antes demandava do ser humano um esforço físico e cognitivo e a IA consegue realizar sem exaustão. Entretanto, na área educacional brasileira, o uso da IA de modelos de processamento de linguagem como ChatGPT e seus similares, já estão sendo utilizados em sala de aula. Porém, alinhar o ChatGPT à BNCC (2018) para chegar a um ensino responsável, crítico e ético, necessita que o professor conheça a funcionalidade da ferramenta e planeje suas aulas dentro das normativas da BNCC, utilizando-se de metodologias inovadoras que otimize as habilidades cognitivas para ajudar os alunos a criar, explorar, solucionar problemas e desenvolver projetos de autoria própria e não simplesmente compilar textos.

PALAVRAS-CHAVE: Inteligência Artificial (IA); ChatGPT; BNCC; Habilidades Cognitivas Humanas.

INTRODUÇÃO

Em pleno século XXI, os seres humanos estão vivendo em um contexto histórico único no que concerne aos usos das inteligências artificiais (IA). A máquina de forma minuciosa está facilitando as tarefas diárias mais comuns, até aquelas que exigem maior complexidade. Ela está presente nos mais diversos setores de trabalho, que antes demandava do ser humano um esforço físico e cognitivo e a IA consegue realizar sem exaustão.

Neste contexto, com o advento das tecnologias, segundo Suzuki (2023), há algum tempo que o cérebro humano vem trabalhando abaixo da sua potência, ficando cada vez mais acomodado, porque os desafios para resolução de problemas estão sendo cumpridos pelas máquinas. Atualmente, com a utilização da IA o processo pode acelerar.

Em consonância com o que foi exposto, segundo Dias (Apud, SUZUKI, 2023), “Acredito que esta será a maior mudança de mentalidade de toda a história moderna. Vale notar que o cérebro humano vem reduzindo lentamente de tamanho, em função do desenvolvimento tecnológico, há mais de mil anos. Este processo deve se acelerar”. Dessa forma, os humanos em sociedades modernas vão se tornando progressivamente sofisticados nos aspectos da cultura digital e mais limitado nos aspectos neurocognitivo.

Sendo assim, sobre as habilidades neurocognitivas, Nicolelis (2023a) cita o exemplo da escrita, ao refletir o quanto custou de evolução da mente humana para inventar a escrita. O referido autor, estima que foram noventa e oito por cento do tempo dos seres humanos nesse planeta, foi gasto na evolução das habilidades cognitivas para começar a escrever, e no momento que o ser humano passa a escrever ele “liberta o cérebro da caixa craniana”. Neste sentido, os eventos cerebrais, que outrora, possibilitou a invenção da escrita, atualmente, com o uso constante sem nenhum controle da IA, poderá acarretar um retrocesso dos eventos cerebrais como as habilidades cognitivas de pensamentos inovadores e criativos.

Nesta perspectiva, para entender sobre o conceito de Inteligência Artificial, segundo (NICOLELIS,2023a) “é a aplicação de métodos estatísticos como estatística multivariadas e redes neurais artificiais para basicamente fazer uma mineração de grandes bancos de dados e extrair correlações e projeções estimativas de futuro”, ou seja, é a reprodução do passado apresentado no futuro como se fosse algo inovador, mas na realidade “é uma grande compilação” (NICOLELIS, 2023a). Salientando que os dados que constam no sistema de IA são produções da mente humana, nada que conste no sistema de IA, é algo que os humanos não conheçam. Sendo assim, a máquina não consegue fazer algo completamente inovador, “nenhum sistema digital cria, inova, poetiza e cria do nada algo completamente revolucionário, ele simplesmente compila tudo que foi produzido pela mente humana e gera um relatório estatístico”. (NICOLELIS, 2023b).

Sendo assim, os programadores de I.A., segundo Chomsky (2023), estão imersos em busca de ajuste da máquina para chegar a uma evolução cognitiva “não-humana”. Essa busca, na realidade, é pela capacidade “crítica criativa” que existe na inteligência humana, e que a máquina não tem,

“dizer não somente o que é o caso, o que foi o caso e o que será o caso isso é descrição e previsão, mas também o que não é o caso e o que poderia e não poderia ser o caso. Esses são os ingredientes da explicação, a marca da verdadeira inteligência” (CHOMSKY, 2023).

Além disso, a legítima inteligência é capaz de pensar moralmente. “Isso significa restringir a criatividade ilimitada de nossas mentes com um conjunto de princípios éticos que determinam o que deve e o que não deve ser (e, é claro, submeter esses próprios princípios à crítica criativa)” (CHOMSKY, 2023).

Neste contexto, conforme Chomsky (2023), as formas de inteligência artificiais, baseadas em Deep Learning, que é um subconjunto do aprendizado de máquinas, tais como: o Bard do google, O chatgpt da openAI e o Sidney da Microsoft são produtos do aprendizado de máquinas. Chomsky (2023) explica que esses modelos de I.A., no que se refere à ciência da linguística e à filosofia do conhecimento, apresentam limitações em termos de raciocínio e linguagem, pois não existe a criatividade artística, percepção intelectual e todas as outras capacidades específicas humanas.

Entretanto, na área educacional, vale salientar, que o uso da IA e modelos de processamento de linguagem como ChatGPT já estão sendo utilizados em diversos países. No Brasil, sua utilização na área educacional se torna aceitável, devido à Cultura Digital, uma das Competências Gerais da Educação Básica, estabelecida pela Base Nacional Comum Curricular BNCC (2018) que diz que os alunos devem utilizar, compreender e “criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais [...] produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva ” (BNCC, p.09,2028).

Nesta perspectiva, segundo SAE Digital (2023) Flora Ariza, pesquisadora do Centro de Inteligência Artificial da USP, fala sobre sugestões de como o professor pode trabalhar em sala de aula utilizando-se do ChatGPT, em consonância com a BNCC. Conforme SAE Digital (2023), “Flora cita a Taxonomia de Bloom para lembrar as habilidades humanas que a inteligência artificial não pode substituir: criar, avaliar, analisar, aplicar, compreender e lembrar”. E a abordagem da cultura Maker para trabalhar de forma inovadora para que o aluno desenvolva projetos de própria autoria.

Sendo assim, o papel do educador torna-se importante para que conheça as funcionalidades do ChatGPT para poder entender quais são seus benefícios e seus malefícios, com isto o professor terá um posicionamento crítico em relação as atividades propostas, levando em consideração o desenvolvimento cognitivo dos alunos em relação a linguagem e o conhecimento.

2. ChatGPT sob a ótica de Miguel Nicolelis e Noam Chomsky.

Sistemas de inteligência artificiais que não possibilitam as crianças aprenderem a raciocinar matematicamente ou produzir um texto usando da sua criatividade poderá ocasionar em breve um grande problema. Se caso, acontecer, segundo Nicolelis (2023^a), um cataclisma nos sistemas eletrônicos digitais no mundo, o ser humano, não vai saber as quatro operações básicas da matemática para pelo menos tentar solucionar o problema.

Neste sentido, se os alunos brasileiros se acomodarem com o uso de ferramentas como o ChatGPT, para escrever suas redações, eles terão dificuldade em escrever suas próprias redações durante o exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), porque não saberão mais as regras da produção textual. Segundo (NICOLELIS, 2023b), “o cérebro é uma entidade dinâmica, ele é um camaleão e está continuamente se automodelando de acordo com o que a gente oferece para ele”. Por isso a importância de entender a máquina, saber que ela é apenas uma ferramenta e o ser humano não precisa ficar refém mentalmente dela.

Além disso, as máquinas de IA, segundo Chomsky (2023), são mais rápidas pela capacidade de memória e velocidade de processamento, porém em termos de raciocínio diferem do sistema operacional humano. Os modelos de linguagem de IA, podem ser úteis em alguns domínios, podem ajudar na “programação de computadores, por exemplo, ou sugerir rimas para versos banais). Sabemos pela ciência da linguística e pela filosofia do conhecimento que eles diferem profundamente do modo como os humanos raciocinam e usam a linguagem.” (CHOMSKY, 2023).

Neste contexto, Chomsky (2023) cita o exemplo da “maçã” para explicar a diferença das descrições e previsões do sistema de IA e a “explicação” que é o ponto crucial do raciocínio humano, porque o raciocínio humano não engloba apenas descrições e previsões, mas conjecturas contrafactuais e críticas criativas.

Suponha que você esteja segurando uma maçã. Então você deixa a maçã cair. Você observa o resultado e diz: "A maçã cai". Isso é uma descrição. Uma previsão poderia ter sido a afirmação "A maçã cairá se eu abrir minha mão". Ambos são valiosos e ambos podem estar corretos. Mas uma explicação é algo mais: inclui não apenas descrições e previsões, mas também conjecturas contrafactuais como "Qualquer objeto parecido cairia", além da cláusula adicional "por causa da força da gravidade" ou "por causa da curvatura do espaço-tempo", ou coisa parecida. Essa é uma explicação causal. "A maçã não teria caído se não fosse pela força da gravidade". Isso

é raciocínio. (CHOMSKY, 2023).

Entretanto, para Chomsky (2023), a verdadeira inteligência está nas explicações que o cérebro humano é capaz de fazer, ou seja, é evidenciada na capacidade de refletir e expressar coisas “improváveis, mas sagazes”. Além disso, a verdadeira inteligência é capaz de refletir moralmente. “Isso significa restringir a criatividade ilimitada de nossas mentes com um conjunto de princípios éticos que determinam o que deve e o que não deve ser (e, é claro, submeter esses próprios princípios à crítica criativa)” (CHOMSKY, 2023).

Sendo assim, o ChatGPT e os modelos similares, em sua funcionalidade, são ilimitadas no que podem “aprender”, mas, não sabem dar explicações, não sabem diferenciar o “possível do impossível”, por estes motivos suas previsões são duvidosas. Segundo Chomsky (2023), as regras de sintaxe são difíceis para a máquina explicar, por isto podem apresentar previsões incorretas de textos. Sobre o assunto Chomsky (2023) explica:

"João é teimoso demais para conversar" significa que João é tão teimoso que não falará com alguém (em vez de que ele é teimoso demais para se conversar com ele). Por que um programa de aprendizado de máquina preveria algo tão estranho? Porque pode fazer uma analogia com o padrão que inferiu de sentenças como "João comeu uma maçã" e "João comeu", nas quais a última significa que João comeu alguma coisa. O programa pode muito bem prever que, como "João é teimoso demais para falar com Paulo" é semelhante a "João comeu uma maçã", "João é teimoso demais para conversar" deveria ser semelhante a "João comeu". As explicações corretas da linguagem são complexas e não podem ser aprendidas apenas marinando em "big data". (Chomsky, 2023).

Nesta perspectiva, para o ChatGPT e seus similares, se tornarem adequados para os seus usuários, segundo Chomsky (2023), o processador de linguagem precisa gerar resultados inovadores e saber evitar conteúdo moralmente censurável, tais como aqueles que contém conteúdo com vieses preconceituosos, como aconteceu com o precursor do ChatGPT, em que o Chatbot Tay da Microsoft, em 2016, teve o sistema infectado por trolls online e o sistema ficou cheio de informações ofensivas com vieses racistas e misóginos.

Neste sentido, é importante ressaltar que as máquinas são treinadas por programadores que podem inserir conteúdos preconceituosos. Segundo Nicoletti (2023a), o ChatGPT é uma ferramenta que quando o usuário faz alguma pergunta, ele responde com uma resposta única, aquela que ele quer que o usuário acredite como sendo verdadeira e isso influencia muitas opiniões. Nos Estados Unidos, houve a necessidade de as Universidades criarem sistema de defesa contra qualquer tipo de “trapaça” tanto de professores quanto de alunos. Esses modelos

de programas, segundo Nicolelis (2023a), são um grande plágio, visto que copiam diversos tipos de textos já existentes, ou seja, textos produzidos por outras pessoas, porém não são referenciados e passa para os seus usuários como se fosse uma produção original.

Tendo em vista esses aspectos, segundo Nicolelis (2023a) as Inteligências Artificiais precisam ser definidas por meios regulatórios com a participação da sociedade, através de perguntas relacionadas à “que tipo de sociedade nós queremos? E enquanto seres humanos, o que queremos preservar? Porque sabe-se que o capitalismo moderno não se interessa em defender “a herança cognitiva ou a condição humana” (NICOLELIS, 2023a).

3 Funcionalidade do ChatGPT na área educacional

Sobre o conceito do ChatGPT, conforme a OpenAI (2023), é um programa de computador desenvolvido para realizar “tarefas de processamento de linguagem natural, como responder a perguntas, fornecer informações, escrever textos, traduzir idiomas, entre outras funções que envolvem a compreensão e geração de texto”. Ademais, “Ele é alimentado com uma grande quantidade de dados textuais para aprender a entender e gerar texto de maneira semelhante há como os seres humanos o fazem”. (OPEN AI, 2023).

O ChatGPT segundo a (OPEN AI, 2023) “é uma tecnologia promissora com um imenso corpus de aplicações, porém, levanta questionamentos referente ao uso responsável da inteligência artificial à ética”. Os desafios éticos, segundo a Open AI (2023b), “ênfatizam princípios como evitar preconceitos políticos, não favorecer nenhum grupo em particular e aderir a padrões éticos”. Assim como “fornecer instruções mais claras sobre possíveis vieses e refinar o processo de treinamento para minimizar resultados tendenciosos”. (OPEN AI ,2023b). Nesta perspectiva, a OpenAI(2023b) entende que para enfrentar questões éticas requer “colaboração com organizações externas, pesquisadores e a comunidade de IA em geral”. (OPEN AI ,2023b).

Neste sentido, a utilização do ChatGPT, transforma-se em um desafio, no contexto educacional, pois, sua utilização, deve-se dar de forma responsável pelos professores a partir do entendimento do seu conceito, sua funcionalidade, suas vantagens e desvantagens. Enfatizando o trabalho de conscientização dos alunos de que a IA é apenas uma ferramenta que responde às perguntas feitas pelo usuário, e que essas respostas precisam ser analisadas

criticamente, visto que o ChatGPT apenas abstrai informações dos seus bancos de dados, que por sua vez, pode conter algum viés preconceituoso ou alguma informação errada.

Sendo assim, o professor ao trabalhar com os alunos utilizando-se do ChatGPT a sua ação deve está alinhada a BNCC (2018), pois, nas Competências Gerais da Educação Básica, destaca em sua segunda competência que os alunos deverão: “Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções [...]” (BNCC, p.09,2018).

Neste sentido, é um desafio utilizar o ChatGPT na educação, mas, segundo SAE Digital (2023), Flora Ariza sugere algumas formas de refletir e utilizar à tecnologia de maneira crítica e responsável, levando em consideração as habilidades cognitivas dos alunos com a utilização do ChatGPT em sala de aula:

Apropriação crítica: o uso não pode ser só instrumental, é preciso refletir sobre como levar a tecnologia para a sala de aula, quais serão os objetivos e quais atividades propor; *sair da discussão binária bom x ruim:* a inteligência artificial é boa e ruim ao mesmo tempo, devemos saber utilizá-la de maneira positiva; *Discussão sobre fatores éticos,* como já existiu com tecnologias anteriores. *Atenção para a segurança de dados (LGPD).* *Tecnologia na educação e na vida:* a sociedade atual está permeada por recursos tecnológicos em todas as áreas, e eles já fazem parte do nosso modo de viver. *Abordagem crítica e criativa:* é preciso desenvolver habilidades de nível cognitivo complexo. *Não ter medo:* nós é que extraímos o que queremos da tecnologia. Lembrar que é o ser humano que dá instruções às máquinas. (SAE,2023).

Sendo assim, o professor tem que se apropriar criticamente da ferramenta para que ela não seja utilizada apenas de forma técnica. É necessário a utilização de uma metodologia crítica e criativa, que possibilite discussões sociais, éticas e morais sobre o uso do ChatGPT e toda a problemática que envolvem a IA, tais como proteção de dados, fakes news, bolhas digitais, plágio, entre outros.

Flora Ariza sugere algumas formas do professor fazer a utilização do ChatGPT, segundo SAE (2023), o professor pode: “utilizá-la para preparar aulas; realizar uma busca por argumentos para um texto; fazer perguntas; testar e corrigir com os alunos um texto criado pelo ChatGPT; fazer pesquisas no chat e confrontar com outras fontes; criar questões para um teste, etc”.

Flora Ariza aborda que o ChatGPT, em relação a ferramenta de trabalho, pode ser uma aliada no trabalho educativo, porque existe os dois lados, segundo SAE (2023) o lado “bom e o ruim”, porque os dois tem o mesmo peso quando se fala em IA. Porém, é preciso se apropriar

das tecnologias, entender suas funcionalidades e trabalhar de uma maneira responsável, crítica e ética.

Considerações Finais

Noam Chomsky e Miguel Nicolelis acreditam que a IA seja uma boa engenharia e pode ser utilizada em alguns domínios, porém, na educação deve-se ter um olhar mais crítico em relação a aprendizagem, pois os modelos de IA baseados em processamento de linguagem como ChatGPT não traz benefícios em relação as habilidades cognitivas humanas, porque a resposta da ferramenta é através de correlações e previsões de futuro, que direciona para algo linear sobre o que é o objeto, o que ele foi e o que ele será. A verdadeira inteligência é questionar o objeto, é procurar explicações sobre o objeto, é transcender nas reflexões, sobre o que não é o objeto, o que poderia e não poderia ser o objeto. É ter crítica, é pensar moralmente e eticamente de uma forma interligada para poder dar uma resposta uma explicação sobre algo.

Nota-se que na área educacional deve-se fazer um questionamento sobre que tipo de alunos as instituições brasileiras querem formar, se alunos ativos ou passivos ao conhecimento, porque a partir desta resposta saberemos que tipo de sociedade teremos em breve. Esse questionamento acontece pelo fato da utilização do ChatGPT em sala de aula, pois é uma ferramenta complexa que faz todo tipo de texto e se os alunos não tiverem uma orientação ética de uso, eles poderão se utilizar das facilidades dos textos prontos e não fazer seus próprios textos. E isso poderá acarretar em um falso aprendizado, dificultando a tarefa do professor de entender em que nível de aprendizagem seus alunos se encontram.

Portanto, os professores têm que enfrentar um grande desafio com a utilização do ChatGPT na sala de aula, pois precisaram organizar seu planejamento através de metodologias inovadoras que otimize as habilidades cognitivas em consonância com as normativas da BNCC. Essa abordagem tem o intuito de ajudar os alunos a criar, explorar, solucionar problemas e desenvolver projetos de autoria própria e não simplesmente compilar textos.

Referências Bibliográficas

CHOMSKY. Noam. Et.al. **A falsa promessa do ChatGPT. Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, no dia 10/03/2023. Disponível em:<**

<https://www1.folha.uol.com.br/tec/2023/03/a-falsa-promessa-do-chatgpt.shtm>>. Acesso dia 30/08/2023.

NICOLELIS, Miguel. **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: TUDO O QUE VOCÊ PRECISA SABER.** Vídeo: Duração: 1:20:14. Publicado pelo programa 20 Minutos. Canal: Opera Mundi. Exibido no dia 12/06/2023a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pb4b4_MlNwo&ab_channel=OperaMundi >. Acesso em 31/08/2023.

NICOLELIS, Miguel. **POR QUE A IA NEM É INTELIGÊNCIA NEM É ARTIFICIAL.** Vídeo: Duração: 1:40:45. Publicado pelo programa Reconversa. Apresentado por Reinaldo Azevedo. Exibido no dia 07/08/2023b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Fw8fJxWhQX8&t=3638s> >. Acesso dia 01/09/2023.

OPEN AI. **Conceito e Funcionalidades do ChatGPT.** Disponível em<<https://openai.com/chatgpt>>. Acesso dia 04/10/2023.

SAE DIGITAL. **ChatGPT e BNCC: confira tudo o que rolou em nosso Encontro de Coordenadores.** Disponível em< <https://sae.digital/chatgpt-e-bncc/>>. Acesso dia 28/09/2023.

SAE DIGITAL. **Taxonomia de Bloom — O que é? Quais são seus objetivos?** Disponível em< <https://sae.digital/taxonomia-de-bloom/>>. Acesso dia 29/09/2023.

SUZUKI, Shin. **O que é ChatGPT e por que alguns o veem como ameaça?** Disponível em:<<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/bbc/2023/01/19/o-que-e-chatgpt-e-por-que-alguns-o-veem-como-ameaca.htm>>. Acesso dia 04/09/2023.

CAPÍTULO 5- EDUCAÇÃO FORMAL, NÃO FORMAL E INFORMAL: A SINGULARIDADE DE CADA FORMA DE EDUCAÇÃO QUE JUNTAS CONSTROEM O CONHECIMENTO DE CADA INDIVÍDUO

Pedro Alex Santana de Oliveira

Mestrando em Educação (WUE), Especialista Em Educação Física na Escola (UNOPAR), Especialista em Língua Portuguesa e Produção Textual (UEPB), licenciado em Letras/Língua Portuguesa (UEPB).

Neísa Soares Neto Santana

Mestranda em Educação (WUE), Especialista Em Educação Física na Escola (UNOPAR), Especialista em Língua Portuguesa e Produção Textual (UEPB), licenciado em Letras/Língua Portuguesa (UEPB).

RESUMO: A educação se dá a todo momento nos mais diversos ambientes e situações, não se resumindo apenas ao contexto da escola ou da sala de aula como muitas vezes se entende ser. Vai além, pois se faz presente na vida dos seres humanos, muito antes deles terem consciência do que significava essa palavra. Ela é o principal norte na formação de um indivíduo, seja na sua preparação para a vida como cidadão, como profissional, como pessoa, como aprendiz, como membro de uma sociedade. As formas de educação são responsáveis pela ampliação do conhecimento e pela aquisição de habilidades necessárias para autonomia e um bom desempenho ao longo da vida. É preciso entender que se deve falar sobre educação de uma maneira mais ampla e com este intuito. É apresentado neste artigo uma reflexão sobre os tipos de educação: formal, não formal e informal. A soma dessas formas de educação consiste, acima de tudo, em mostrar que juntas, apesar da singularidade de cada uma, constroem o conhecimento de cada indivíduo. E isso se faz possível por meio do repasse de culturas, de ensinamentos e de aprendizagens, que vão sendo construídas, adquiridas, passadas e repassadas nas famílias desde o nascimento e depois nas demais instituições, em especial na escola. Todo esse processo se dá através das três modalidades educacionais que se entrelaçam ao longo de toda a vida, seja de forma isolada, associada ou alternada entre uma e outra: a educação formal é a que se apresenta seguindo padrões institucionalizados, já que corresponde ao que se tem por objetivo e se planeja trabalhar; a educação informal, que é adquirida pelas experiências vividas, desde as mais simples até as mais complexas; e a educação não formal, que acontece fora do ambiente escolar e é desenvolvida por meio de ações socioeducativas. Dessa forma, cada modalidade educacional exerce um papel primordial na colaboração para atender aos propósitos da ação de educar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Formal. Não formal. Informal. Conhecimento. Indivíduo.

1 INTRODUÇÃO

Educar é preparar o indivíduo para a vida e para o convívio social através de experiências e aprendizados, levando-o a somar no bem comum. Esse processo se dá ao longo de toda sua existência e a partir dessa reflexão, apresenta-se esse artigo sobre as três modalidades educacionais: a educação formal, que segue as regras da instituição na qual acontece; a educação informal, que se dá pelas vivências desde o nascimento; e a educação não formal, que acontece fora do ambiente escolar, através das práticas socioeducativas. Tendo cada uma as suas características próprias, nem sempre acontecem de forma individualizada, pois muitas vezes juntam uma ou outra particularidade em um todo, em um mesmo momento e assim atendem ao que propõe a educação.

2 O INÍCIO DA EDUCAÇÃO

De acordo com Mariano (2012), os povos mais primitivos já se preocupavam com a educação, os mais velhos se encarregavam de transmitir aos mais novos as lições necessárias para a sobrevivência em suas sociedades: conhecimentos de caça e pesca, rituais religiosos, lendas e histórias de seu povo. Mas tais formas de educação não se estabeleceram no que hoje entendemos como educação institucional. Muito menos do que entendemos por educação ou sistema educacional, incluindo a hierarquia, normas, governança e leis administrativas aplicáveis a escolas e a universidades.

Documentos do Antigo Império Egípcio (século 27 a.C.) atestam a transmissão da sabedoria de geração em geração, de pais para filhos, o que revela uma pedagogia primitiva. Entretanto, nada garante que essa comunicação incluía leitura e escrita. (MARIANO, 2012).

Continua Mariano (2012) nos dizendo que testemunhos posteriores da era feudal (2190 a.C. a 2040 a.C.), do período do Império Médio (2133 a.C. a 1786 a.C.) e do período do Novo Império (1552 a.C. a 1069 a.C.) mostraram essa educação em organizações maiores.

Durante o período clássico, séculos V a IV a.C., cidades como Creta, Esparta e Atenas se destacaram como capitais da educação antiga, fornecendo educação dominante e de elite. Ela era inicialmente privada e ainda nesse período passou a ser de responsabilidade do Estado. E as escolas formais eram abertas apenas para homens matriculados por volta dos 6 e 7 anos e acompanhados até os 18 ou mesmo 30 anos. Com o ensino de lógica, gramática, retórica, educação física e arte da guerra. Já para as mulheres existiam centros de iniciação que ofereciam diferentes ensinamentos. (MANACORDA 2006, p. 65 apud Mariano).

Foi sob a influência da cultura grega que foram fundadas as primeiras escolas, e assim como na Grécia, os primeiros mestres eram escravos. O ensino da retórica e da gramática encontrou em Roma alguma resistência, devido ao caráter tradicionalista que acompanhava a antiga forma de educação e ao nacionalismo dos mais velhos, mas foi aceito por volta dos séculos I ou II d.C., o que garantiu a preservação da sabedoria grega através dos tempos. Embora a herança grega tenha sido bem-vinda no campo intelectual, tendo em vista a extensa produção dos filósofos e dos homens das ciências, no campo pedagógico ela garantiu a continuidade de algumas práticas nem sempre produtivas. (MARIANO, 2012).

As primeiras escolas cristãs surgiram em Roma em meados do século I d.C., seguindo o modelo educacional hebraico, das sinagogas, abertas às crianças das classes menos abastadas. A educação monástica era rígida, hierárquica e controlada por interesses eclesiásticos. (MARIANO, 2012).

Segundo Gaspar (2002), alguns textos já mostram que existiam escolas no século XI na China aos moldes do que é hoje: com salas de aula e bibliotecas. E segue dizendo que a escola ao longo dos últimos mil anos demonstrou solidez e estabilidade na transmissão e partilha de conhecimentos.

Baseado em Pereira, Felipe e França (2012), o avanço da industrialização exigiu uma mão de obra cada vez mais qualificada, gerando a necessidade de escolas. O conceito de reforma do ensino e o modelo de escola primária visando a educação em grandes proporções são amplamente aceitos e adotados por muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento. O fenômeno da educação de massa que se concretizou a partir da segunda metade do século XIX apresenta muitos aspectos comuns em escala global, entre eles: dever escolar, responsabilidade do Estado pela educação pública, secularização do ensino e da moral, nação e pátria como guias da cultura escolar.

A partir do século XIX, a organização das instituições educacionais públicas facilitou a disseminação de uma ideologia social burguesa, que pode ser observada no conteúdo das escolas, voltada para a melhoria da qualidade dos trabalhadores. No cenário brasileiro, a organização das instituições públicas mostrou-se relacionada ao método de reprodução dos países europeus, sempre enfatizando os pressupostos burgueses. (PEREIRA; FELIPE; FRANÇA, 2012).

No entender de Andrade Garcia et al. (2017), a necessidade de disseminar o conhecimento acumulado na história da humanidade não é razão suficiente para que a burguesia confie ao chefe do Estado a tarefa de educar as massas. E devemos lembrar também que as demandas históricas do ensino público são importantes para se pensar em projetos estratégicos que possam impulsionar a revolução e a luta em prol da escola.

Libâneo (2008), define a educação como “[...] fenômeno plurifacetado, ocorrendo em muitos lugares, institucionalizado ou não, sob várias modalidades”. A partir desse conceito entende-se que o processo da educação é constante, pois acontece a todo tempo, em todo lugar, a vida inteira dos indivíduos. Conforme Libâneo (2022), muitos pensadores da educação concordam que ela é um processo de desenvolvimento, onde as pessoas estão em constante evolução e mudança, pois ela pode configurar a personalidade interna do indivíduo de acordo com suas condições.

No entender de Libâneo (2022), levando-se em conta o conceito de interacionismo,

fatores externos também são importantes no processo educacional, sendo realizado por meio do desenvolvimento físico e psicológico do ser humano e da interação entre o sujeito e o meio ambiente. Algumas teorias de Piaget, Vygotsky, Wallon, entre outros, afirmam que a aprendizagem é um processo interativo no qual o sujeito, por meio da interação com o meio, acumula conhecimento em uma inter-relação contínua entre fatores internos e externos.

2.1 EDUCAÇÃO INFORMAL

Morais (2015) afirma que em relação ao grau de formalização, há três modalidades de educação em nossa sociedade: informal, formal e não formal. Na educação informal, a aprendizagem ocorre de forma natural, sem sistematização e organização, e "o conhecimento acontece através da cultura e origens do indivíduo no processo de vivência e socialização". É uma permuta de conhecimentos entre gerações cujos agentes educativos são pais, familiares, amigos, vizinhos, escola/colegas, etc. Transmitem a sua prática e experiência precedente de forma contínua e permanente.

Jean Jacques Rousseau (1712-1778) disse: "A educação do homem começa no momento do seu nascimento; antes de falar, antes de entender, já se instrui". Isso quer dizer que a educação informal tem como proposta principal a socialização dos indivíduos, buscando desenvolver suas habilidades, autonomia para viver em sociedade e com ela contribuir. Ela acontece livremente a todo momento e em qualquer ambiente, digamos que ela se dá na convivência e assim soma conhecimentos, instiga a formação da personalidade e do ponto de vista, propaga a cultura das pessoas com quem se vive e constrói o ambiente e a vida social de cada ser. Acontece nos mais variados ambientes: igreja, campo de futebol, em casa e entre outros lugares, até mesmo no espaço escolar ela também pode acontecer, quando não está com a função de cumprir parâmetros estabelecidos.

É um processo que se inicia no primeiro momento de vida, onde uma criança ao nascer aprende que o seu choro faz as suas necessidades serem atendidas: que seja trocada, amamentada e assim ela vai entendendo o mundo a sua volta. Qualquer experiência, seja ela vivida ou observada, traz aprendizado, pois todos os dias ao longo da vida se aprende. Assim a educação informal acontece a partir da família, das experiências com ela e demais pessoas e muitos ambientes, sem regras estipuladas para ensinar, avaliar, de tempo e/ou objetivos

específicos a serem cumpridos.

No entender de Gaspar (2002), na educação informal o ensino e aprendizagem ocorrem de forma espontânea onde os conhecimentos são distribuídos numa interação sociocultural em tarefas domésticas como por exemplo rezar e dançar. É a escola da vida.

No ver de Vygotsky (apud GASPAR, 2002) o ensino informal dá origem aos conceitos espontâneos e o ensino formal aos conceitos científicos de qualquer disciplina formal. A aprendizagem de um novo conceito é um processo de desenvolvimento cognitivo longo e contínuo iniciado desde os seus primeiros dias de vida em sociedade.

No ponto de vista de Gaspar (2002) um conceito não evolui de uma hora para outra, mesmo sabendo que nossas estruturas cerebrais são maleáveis, precisa de um tempo fisiológico para se efetivar.

Segundo Gaspar (2002), a educação formal e informal reforçam-se mutuamente. O cérebro não possui divisões estanques, guichês cognitivos que filtram ou validam conhecimentos em função da sua origem ou da forma pela qual eles são apresentados.

[...] na educação informal, não existe o reconhecimento social generalizado do papel educacional do agente como função própria ou específica (este não apresenta nenhum atributo especial e explícito que, no marco do processo educacional de que se trate, credite-o propriamente como educador; (TRILLA, 1985:19, apud GHANEM, 2008).

2.2 EDUCAÇÃO FORMAL

A educação forma segue uma organização sistemática, tem toda uma organização e proposta. Acontece em lugar e hora marcada por um determinado tempo ao longo da vida, tem uma sequência estruturada, a qual tenta seguir à risca.

Na educação formal, o aprendizado ocorre dentro de um ambiente institucional devidamente registrado, autorizado e credenciado por órgãos competentes. Ela segue organogramas e diretrizes pré-estabelecidos para nortear suas ações. A educação formal é “aquela estruturada, organizada, planejada intencionalmente, sistemática. Nesse sentido, a educação escolar convencional é tipicamente formal”.(LIBÂNEO, 2008).

Afirma Ghanem (2008) que o caráter formal da educação decorre essencialmente de um conjunto de mecanismos de certificação que formaliza a seleção (e a exclusão) de pessoas frente a um mercado de profissões estabelecido, que só começou a se configurar há cerca de 250 anos.

No pensar de Trilla (2003, p.43 apud GHANEM, 2008), os conflitos e a marginalização

social foram levados à educação formal fazendo com que a escola tivesse novas obrigações exigindo que os professores, que antes podiam se dedicar apenas à instrução, também sejam educadores sociais.

As educações formais, não formais e informais, o escolar e o social, estão cada vez mais entremeados, o que tem muito de positivo. Por isso, já não valem certos maniqueísmos, típicos em seu momento, do ar de família da educação social. (TRILLA, 2003:43 apud GHANEM, 2008).

Para Coombs (1975, p.27 apud TRILLA e GHANEM, 2008), a educação formal compreende o sistema educacional institucionalizado, já a educação não formal é toda atividade educativa organizada fora do sistema oficial e a educação informal é um processo que dura a vida inteira onde os conhecimentos são adquiridos através das relações com o meio.

Os conceitos de educação formal e não formal apresentam, portanto, uma clara relatividade histórica e política: o que antes era não formal pode mais tarde passar a ser formal, do mesmo modo que algo pode ser formal em um país e não formal em outro. [...] as chamadas educação formal, não formal e informal se intrometem mutuamente e oferecem uma imagem muito distante da que resultaria de considerá-las compartimentos estanques. (TRILLA e GHANEM, 2008).

Educação formal: “aquela que é desenvolvida especificamente nas escolas, com conteúdos elencados antecipadamente.” (GOHN, 2009 apud et al. FERREIRA, 2020).

Afirma Caliman (2010, p. 342 apud FERREIRA et al., 2020) que “fora e além da escola existem diversas formas de educação igualmente significativas e influentes”.

2.3 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

A educação não formal é aquela que se dá fora do ambiente escolar (ONGs, museus, comunidades, centros culturais e desportivos, projetos sociais, etc.). É desenvolvida de forma socioeducativa, levando em consideração vivências do meio social, familiar e educacional (GLÓRIA GOHN, 2015).

Segundo Glória Gohn (2015), a educação não formal fundamenta-se em práticas pedagógicas que proporcionam o autodesenvolvimento e o questionamento, formando os discentes de forma a capacitá-los para a gestão autônoma de suas atividades. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que cerca o indivíduo e suas relações sociais. A princípio, seus objetivos não são construídos em uma ação de interação, gerando um processo educativo.

Experimenta-se todos os três modos de educação todos os dias, seja em casa, na escola,

no trabalho, nas aulas, na igreja ou na comunidade, na rua, nas praças. O lugar não é o que diferencia a educação, mas como o conhecimento é transmitido. Se a educação não for intencional será informal; se for intencional pode ser formal, com certificados para a passagem a graus superiores; ou informal: com aprendizagem menos burocrática.(GLÓRIA GOHN, 2015).

Para Gaspar (2002), a educação não formal são os estudos de línguas estrangeiras e de especialidades técnicas e artísticas. Também pode ocorrer em centros culturais, jardins botânicos, zoológicos, museus de arte ou de ciências, em praças, feiras, estações de metrô e onde as pessoas possam partilhar saber e arte com seus semelhantes.

E aprender era redescobrir. As aulas expositivas, mesmo quando me pareciam motivadoras e produtivas, eram, portanto, inúteis. Minhas intuições e observações estariam erradas. Numa aula expositiva, dizia-se na época, só quem aprendia, se é que nelas alguém aprendia alguma coisa, era o professor. (GASPAR, 2002).

Trilla (1995, apud GHANEM, 2008) mostra que a educação não formal possui uma variedade de meios e programas que agrupa em funções referentes ao mundo do trabalho, à educação escolar, à educação permanente, à vida cotidiana, à educação especial, ainda que sejam funções compartilhadas também com a educação formal e com a informal. E dá exemplo de educação não formal como a capacitação profissional para o primeiro emprego, a requalificação, a reciclagem e o aperfeiçoamento profissional, a orientação profissional e vocacional e a qualificação técnica. Também o ensino a distância em substituição aos meios escolares, a complementação da escola com recursos didáticos (TV, museus, bibliotecas e fazendas, colônias de férias, intercâmbios, grupos de teatro e esportivos), programas compensatórios, preparação para ingresso na universidade, ensaio de métodos e materiais educacionais, formação de pessoal para o magistério, alfabetização de pessoas adultas, formação social, política e religiosa, formação estética e artística, formação física e desportiva, animação cultural, educação para o ócio, ambiental, sanitária, sexual e familiar, cívica, educação especial, educação de rua, reabilitação de pessoas drogadas, desenvolvimento pessoal e em relações humanas (TRILLA, 1985:38-42).

Segundo Trilla (1995, apud GHANEM, 2008), não há vínculo nenhum nas atividades dos setores da educação não formal nem se conectam entre si.

Petrus (2003, p.52 apud GHANEM, 2008) assegura que os meios de comunicação têm efeitos sobre nossos alunos tanto ou mais que o sistema escolar.

Na visão de Ferreira, Sirino, Mota et al. (2020), a educação não formal pode se dar em uma formação ligada ao trabalho, em espaços de lazer e de cultura, por meio da educação social

e até mesmo dentro da própria escola.

Infere Ferreira, Sirino, Mota et al. (2020) que alguns autores como Paulo Freire, Fávero e Vanilda foram os precursores em valorizar a educação informal como princípio de uma ação libertadora e emancipadora do ser humano em suas relações sociais.

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender – e – ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação.

(BRANDÃO, 1981, p. 3 apud FERREIRA et al., 2020).

Ressalta Ferreira, Sirino, Mota et al. (2020) que ao falarmos dos tipos de educação é importante lembrar de não reproduzir um conhecimento fragmentado e passar a olhar o ser humano por inteiro envolvendo as diversas formas de educação provenientes das experiências de ensino-aprendizagem social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Somente ao se começar a frequentar o ambiente escolar que a educação não formal, a educação informal e a educação formal começam a andar juntas, em que uma interfere na outra, porém a educação formal é atribuída especialmente à escola e à importância dada pela família, pois essas instituições devem caminhar juntas. A educação é uma prática social que acontece o tempo todo, e a cada aprendizado se aprimora formando os indivíduos envolvidos, possibilitando construir um conhecimento individual e coletivo, pois todo processo de educação é uma troca.

Segundo Cruz (2008), usando as palavras do grande Paulo Freire: quem ensina aprende ao ensinar. E quem aprende ensina ao aprender. A questão da dimensão de onde e do quanto se vai ser educado ou não, vai depender de como se administra essa educação recebida, das dinâmicas, das experiências e metodologias utilizadas nos ambientes vividos e também do interesse abraçado nesse educar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE GARCIA, Jeferson Diogo de et al. A origem da escola pública no século XIX: contraposição ou coerência com as necessidades do capital? **Revista Tempos e Espaços em Educação**, Universidade Federal de Sergipe, v. 10, n. 21, p. 14, 2017.

CRUZ, Marlon Messias Santana. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo. Paz e Terra, 1996 (Coleção leitura), 166p. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, n. 13, 2008.

FERREIRA, Arthur Vianna; SIRINO, Marcio Bernardino; MOTA, Patricia Flavia et al. Para além da significação ‘formal’, ‘não formal’ e ‘informal’ na educação brasileira. **Educação**, v. 8, n. 3, p. 584–596, 2020.

GASPAR, Alberto. A educação formal e a educação informal em ciências. **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência**, p. 171–183, 2002.

GHANEM, Elie. Educação formal e não-formal: do sistema escolar ao sistema educacional. **Educação formal e não formal.**, 2008.

GLÓRIA GOHN, Maria da. **Educação não formal no campo das artes**. [S.l.]: Cortez Editora, 2015.

LIBÂNIO, José Carlos. Didática e epistemologia: para além do embate entre a didática e as didáticas específicas. **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas. Campinas: Papyrus**, p. 112–130, 2008.

LIBÂNIO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** [S.l.]: Cortez editora, 2022.

MARIANO, MRCP. A educação da antiguidade aos nossos dias? em busca de indícios da origem das avaliações. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 1, p. 61–76, 2012.

MORAIS, Paula Renata Bassan. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais, de Maria da Glória Marcondes Gohn. **EccoS–Revista Científica**, n. 36, p. 199–202, 2015.

PEREIRA, Lilian Alves; FELIPE, Delton Apudo; FRANÇA, Fabiane Freire. Origem da escola pública brasileira: a formação do novo homem. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 12, 45e, p. 239–252, 2012.

CAPÍTULO 6- A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NA PRÁTICA DOCENTE E A SUA RELAÇÃO COM O ENSINO E APRENDIZAGEM

João Maria da Silva

Mestrando em Ciências da Educação, World University Ecumenical

RESUMO: O trabalho abordará a importância que tem o planejamento pedagógico nos processos de ensino e aprendizagem relacionado a prática docente. O artigo será baseado em uma revisão bibliográfica sobre a temática. Será analisado não apenas a importância desse instrumento na prática diária de professores, mas que o mesmo possa ocorrer de maneira sistematizada nas instituições de ensino. Sabemos a importância do planejamento pedagógico, encontramos alguns entraves que dificulta sua prática. Rebuscamos em algumas literaturas a respeito da temática a devida importância que tem para uma prática pedagógica eficaz. Não podemos deixar de lembrar que o planejamento pedagógico é um instrumento político-pedagógico. Através dele, será possível aplicar metodologias que sejam capazes de envolver todos que fazem parte do processo. Precisa ocorrer de maneira coletiva, contextualizada, reflexiva e flexiva, não pensada apenas burocraticamente, mas que seja capaz de trilhar situações que vão diretamente ao encontro dos processos de melhorias nas aprendizagens dos educandos. Neste planejamento pedagógico e coletivo não pode ficar à margem o conhecimento dos educandos, a sua realidade. Não podemos deixar também de destacar que a estrutura da instituição também precisa estar inserida neste contexto. O planejamento coletivo cria possibilidades, indica horizontes, nos ajuda a errar menos, nos permite improvisar menos e assim, contribuir melhor para a aprendizagem dos educandos e realizando uma prática mais democrática. Também destacaremos que mesmo entendendo a relevância que tem o planejamento pedagógico, percebemos que muitos entraves ainda acontecem, impedindo que o mesmo ocorra em toda sua plenitude. Portanto, precisamos entender que o aperfeiçoamento e a busca constante fazem parte dos processos educacionais, sendo assim, não poderia ser diferente quando se trata das questões sobre o planejamento pedagógico.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento, educação, contexto e aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O trabalho irá abordar a relevância que tem para os processos de ensino e aprendizagem as questões relacionadas ao planejamento da prática docente e sua relação direta com o desenvolvimento pedagógico e aprendizagens dos educandos nas instituições de ensino. Este artigo se baseará em uma revisão bibliográfica e em leituras complementares relacionadas à temática.

Analisaremos o contraste entre a importância da questão do planejamento pedagógico e as diversas situações que impedem de que ocorra de maneira sistemática, como a sua total aplicabilidade dentro das escolas. Mesmo com alguns avanços nas instituições de ensino a respeito da prática docente e o planejamento pedagógico, ainda se percebe alguns entraves para que na prática ocorra de maneira mais adequada e com isso, possibilitando diretamente melhorias no ensino e aprendizagem, como também a reflexão na prática docente.

DESENVOLVIMENTO

Ao assumirmos uma sala de aula seja em qualquer nível, vai nos demandar tempo, pesquisa e organização. Partindo desse princípio, o planejamento das aulas, e ou, o plano de aula terá uma importância fundamental para que possamos atingir os objetivos no processo de ensino e aprendizagem. O termo planejamento, não necessariamente surgiu no contexto escolar, mas ao longo dos anos foi sendo incorporado nos processos educacionais, tornando-se fundamental para a educação, porque diz respeito à formação humana, ao processo de elaboração, execução e avaliações das ações educativas que são diariamente colocadas em práticas.

Para Russo (2016, p. 90, apud FORTES et al, 2018) “o planejamento educacional as suas modalidades (curricular, de escola, de ensino etc.) é um ato político-pedagógico que exige a participação da escola”.

Sendo assim, o planejamento precisa acontecer não apenas de maneira individual, mas, de forma coletiva e institucional. A partir das discussões coletivas e do entendimento geral pela qual foi realizado no grande grupo, o professor vai pensar e colocar no seu plano individual, ações que visam contemplar as observações a cerca do todo. Também com base nesta ação coletivamente é possível pensar em metodologias que serão usadas para execução do seu plano de aula e o devido acompanhamento para observar, se os objetivos traçados foram atingidos.

Nas literaturas que tratam desta temática é consenso que o planejamento é o principal elemento na ação para uma boa prática educativa. Partindo desse consenso, é impossível ter uma boa prática educativa, sem que ações de planejamento que, envolvam todos de uma instituição escolar, não seja realizada e praticada.

De acordo com Russo:

O planejamento escolar tem se constituído em procedimentos burocráticos, esvaziado de sentidos que poderia assumir na escola, principalmente o de ser o elemento catalisador da reflexão coletiva sobre as temáticas que contribuíram para a construção do projeto político pedagógico da escola (2016, p.210, apud Fortes et al, 2018).

Também com base na literatura a respeito da importância relacionada à questão do planejamento do plano de ensino o professor Libâneo afirma:

O planejamento se concretiza em planos e projetos, tanto da escola e do currículo quanto do ensino. Um plano ou um projeto é um esboço, um esquema que representa uma ideia, um objetivo, uma meta, uma sequência de ações que irão orientar a prática (Libâneo, 2008, p. 149).

Não podemos atribuir o planejamento apenas a questões burocráticas. Onde muitas vezes pedimos aos professores aquela lista de conteúdos que serão trabalhados ao longo do ano. E ainda é assim, que funciona em muitas instituições escolares. Os planos e projetos pedagógicos são na verdade ideias pensadas coletivamente com um objetivo claro, metas e ações que serão desenvolvidas ao longo de cada ano letivo.

A prática do planejamento precisa ser constante. Porque quanto mais se planeja e discute os problemas, mais reflexões teremos a respeito dos entraves aos processos de ensino e aprendizagem. São através das ações reflexivas, que chegaremos aos objetivos propostos. O plano de ensino é um caminho, através dele podemos evitar os imprevistos e até mesmo amenizarmos. Luckesi afirmou “o ser humano age em função de construir resultados.” Então, para construir resultados na educação não podemos agir de forma aleatória ou desconectada, se faz necessário ter disciplina e métodos para que possamos alcançar os objetivos desejados.

É uma atividade permanente de reflexão e ação. O planejamento é um processo contínuo de conhecimento e análise da realidade escolar em suas condições concretas, de busca de alternativas para a tomada de decisões, possibilitando a revisão dos planos e projetos e a correção no rumo das ações (Libâneo, 2008, P. 150).

Podemos afirmar que o plano de trabalho docente é a ferramenta que ampara e determina o modo de ação dos docentes. Sem o planejamento como vamos ter uma visão geral do todo? Esse planejamento parte do coletivo ao individual, como também a avaliação da instituição e dos educandos que a mesma atende. Se não tem essa visão geral, a falta dela pode se revelar e refletir contra os docentes.

Planejar é antecipar mentalmente uma ação a ser realizada é agir de acordo com o previsto; é buscar algo incrível, essencialmente humano. O real comando pelo ideal. Percebemos assim que o planejamento só tem sentido se o sujeito se coloca numa perspectiva de mudança (Vasconcelos, 2006, Apud Tormenta, p. 4, 2010).

Portanto, se planejar é pensar antecipadamente uma ação a ser realizada, é fundamental que estejamos fundamentados nas exigências sociais, em um projeto definido com visão de mundo, de sociedade e principalmente do homem que queremos formar. Para que os planejamentos dessas ações aconteçam no âmbito da escola, onde as transformações rápidas precisam ser vistas, não apenas como forma de acompanhar as mudanças que vem ocorrendo no mundo, mas também para preparar os docentes e educandos para essas transformações.

Nesta perspectiva, todos que fazem parte da escola precisa se inteirar e conhecer bem a realidade escolar. E que contexto está sua instituição de ensino, que público atende, estrutura física, material disponível, equipamentos, espaços adequados. Com base nestas informações e conhecendo bem essa realidade, a possibilidade de sucesso e de bons projetos e planos de aula serão maiores.

O conhecimento da realidade do aluno o qual a instituição atende é fundamental. Precisamos valorizar e reconhecer a bagagem cultural que é vivenciada e chega com ele à escola. Esses valores precisam ser entendidos pelo professor, alguns até chegam com valores distorcidos. Por isso, elementos importantes para estarem presentes no planejamento como forma de compromisso com a transformação.

O professor Paulo Freire em “Pedagogia da Autonomia” alerta a importância que devemos ter em relação ao saberes dos educandos. Por isso, a importância de incluirmos os nossos educandos no planejamento pedagógico, no plano de aula que traçamos. Tentar entender, compreender as informações dos educandos é primordial no processo de ensino e aprendizagem. Sobre isso Paulo Freire fez a seguinte colocação:

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com os educandos, sobre tudo os das classes populares, chegar a ela saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também como há mais de trinta anos venho surgerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes e, relação com o ensino de conteúdos (Freire, 1996, p. 15).

Precisamos também envolver os alunos neste processo de ensino e aprendizagem que são possibilitados através de bons planos de aulas que serão executados. Eles também são coautores dentro deste processo. É importante estimular a participação do aluno, para que realmente ocorra uma aprendizagem significativa. Pois Paulo Freire afirmou que “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.”

Na prática, no entanto, a questão do planejamento no contexto escolar não parece ter a importância que deveria ter. Há quem pense que tudo já está planejado nos livros, textos ou nos materiais adotados como apoio ao professor. Há ainda, quem pense que sua experiência como professor (a) seja suficiente para ministrar suas aulas com eficiência. (Moretto, 2007, P. 106, apud Tormenta, 2010).

Pensamentos como o citado acima é ainda bastante comum nas escolas espalhadas por país fora. Muitos professores acreditam que os anos de sala de aula, realmente são suficientes e que não precisa de um bom plano de aula para aplicar de fato e contribuir de maneira significativa para aprendizagem dos educandos. É necessário se rever esse tipo de pensamento. Porque a medida que se coloca o aluno no centro dos nossos planos e projetos, precisamos ter postura de um professor progressista, crítico e que realmente possamos envolver os educandos, eles não são meramente ouvintes, cada um tem sua bagagem de história e conhecimento de vida, tem conhecimentos e saberes. Sobre o professor ter uma postura prática crítica Paulo Freire discorre.

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é as condições em os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque é capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque é capaz de reconhecer-se como objeto (Freire, 1996, p. 18,19).

O professor precisa compreender que o seu aluno tem uma história, ele vive em sociedade, ele passa por todas as situações que a sociedade enfrenta no dia a dia. Muitas vezes, ele traz consigo muita dor, desconforto, problemas dos mais diversos para a sala de aula. Não será apenas através de um livro didático que vamos conseguir atingir muitas vezes o conhecimento e aprendizagem desses educandos.

O planejamento na escola se torna fundamental, principalmente para o processo de formação continuada dos professores. Esse trabalho coletivo é a base para conduzir as melhorias na prática docente e nos problemas relativos ao processo de ensino e aprendizagem. Não podemos deixar de lembrar que a ação pedagógica é intencional e vai influenciar diretamente a formação do educando, portanto, precisa ser muito bem planejada pelo professor. O planejamento é flexível, mas não podemos esquecer a ação pedagógica não pode e não deve ser improvisada.

A equipe pedagógica é fundamental para dar apoio e condições para que os professores possam traçar metas, definir as estratégias, metodologias e as formas de avaliação que direcionar as práticas pedagógicas. Porque o ambiente da sala de aula, exigirá dos docentes atitudes reflexivas para driblar situações que vão surgir e que não estavam programadas para ocorrer e isso poderá despertar novos interesses e outras necessidades que serão adequadas de acordo com a situação.

Nesta perspectiva de definição de estratégias metodológicas visando uma prática pedagógica mais autônoma por parte dos educandos Paulo Freire destaca:

O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com quem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis (Freire, 1996, p. 13).

Através de um rigor metodológico implantado será possível uma aprendizagem não bancária, vai além de apenas se transferir conteúdos. É possível com planejamento e metodologias corretas desenvolver nos educandos uma aprendizagem crítica dos conteúdos apresentados e desenvolvidos. Quando envolvemos os educandos no processo, vão se tornando construtores dos saberes ensinados.

Alguns fatores terminam contribuindo para que as práticas do planejamento pedagógico nas escolas não ocorram de maneira mais eficiente e que tenha uma contribuição mais eficácia nos processos de ensino e aprendizagem. Destacaremos alguns que terminam contribuindo para que esse processo não ocorra de maneira satisfatória, mesmo sabendo-se que o planejamento pedagógico é uma importante ferramenta para o sucesso de aprendizagens dos educandos e o sucesso de qualquer instituição educacional que o realiza.

Há necessidades de estudos teóricos para que possam melhor embasar a prática diária dos professores. Todos precisam entender e ter conhecimento de documentos oficiais, projeto político pedagógico, regimento interno, propostas curriculares.

Outros entraves como carga horária excessiva, baixos salários, excesso de conteúdos, as diretrizes e políticas cobradas por órgãos centrais governamentais, escassez de recursos didáticos e metodológicos, são pontos para ser levados em consideração em relação às dificuldades encontradas por professores para que a planejamento de aulas seja uma prática constante nas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos ao longo desse artigo a importância do planejamento pedagógico direcionado nos processos de ensino e aprendizagem. Em contexto geral, ficou claro que o planejamento é uma ferramenta primordial que os professores devem utilizar para que possam atingir os seus objetivos de ensino e aprendizagem dos educandos.

A abordagem sobre o planejamento pedagógico foi discutido como uma ferramenta que precisa do envolvimento coletivo de todos que estão inseridos no ambiente escolar de modo que, possa acontecer da melhor maneira possível. Portanto, um ato político-pedagógico. É um instrumento que precisa ser flexível, permitindo que ao longo do caminho passe por reformulações e ajustes para contribuir nos impactos das estratégias de ensino e aprendizagem.

O planejamento pedagógico também precisa que seja pensado de acordo com a realidade dos educandos. Não se realiza bons planos de aula, sem saber da realidade da comunidade a qual a instituição escolar recebe todos os dias. Portanto, fundamental conhecer essa realidade.

Percebemos que fica muito claro nas referências bibliográficas pesquisadas e também ao longo da construção desse artigo que o planejamento pedagógico é vital na contribuição para um processo de ensino e aprendizagem de sucesso. Essa ferramenta tão importante precisa ser realizada de forma coletiva, flexível e partindo da realidade, trilhando e inserindo a participação dos educandos.

Por fim, é uma prática que precisa ser aprimorada por todos os educadores. Porque mesmo sendo, um instrumento vital para que os processos de ensino e aprendizagens aconteçam, ainda existem alguns entravés como carga horária excessiva, baixos salários, excesso de burocracia, recursos didáticos limitados entre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONCEIÇÃO, J.S. et al. A Importância do Plano de Trabalho na Prática Docente. **Revista O Professor e os Desafios da Escola Pública Paranaense**. Paraná, v1, p. 1-19, 2010, Disponível em: <https://portal.fslf.edu.br/wp.content/uploads.12/2016>.

FORTES, M. A. S. et al. Planejamento na Prática dos Professores: Entre a formação e as Experiências Vividas. **Revista Internacional de Formação de Professores**, Itapetinga, v3, p. 315-324, abr/jun, 2028.

FREIRE, Paulo, Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa/Paulo Freire. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. 5ª ed. Revista e ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008. 319P.

TORMENTA, Ana. Planejamento: A importância do Plano de Trabalho na Prática Docente. **Revista O Professor e os Desafios da Educação Pública Paranaense**. Paraná, v1, P. 1-19, 2010, Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br

SOBRE OS ORGANIZADORES

LEDSON MARCOS SOUSA DA SILVA

Possui Graduação (2019) e Mestrado (2021) em História pelo Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CERES - UFRN).

MARCOS VITOR COSTA CASTELHANO

Graduado em Bacharelado em Psicologia pelo Centro Univer- sitário de Patos (UNIFIP), pós-graduado em Psicologia Escolar e Educacional (Faculdade Iguazu). Além disso, é mestre em Ciências da Educação pela WUE.

MATEUS DA SILVA FERNANDES

Mestre em Filosofia através Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Especialista em Tutoria Em Educação a Distância pela Faculdade Sucesso - FACSU. Graduado em Licenciatura plena em Filosofia pela Faculdade Católica da Paraíba (2018).

GEILMA HIPÓLITO LÚCIO

Doutoranda em Educação pela World University Ecumenical. Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, Campus Avançado Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia - CAMEAM. Pedagoga pela Faculdade São Marcos (FASAMAR). Especialista em Docência e Gestão na Educação a distância pela CECAP .Graduada em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, campus IV - Catolé do Rocha/PB.

ADRIANA FREITAS DA SILVA

Mestra em Educação pela World University Ecumenical (WUE). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2006).